

LEANDRO CESAR PORRUA

ANÁLISE DOS CICLOS ECONÔMICOS DA ECONOMIA
BRASILEIRA ENTRE 1945 - 2008

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Fim de Curso como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^o. Fabiano Abranches Silva Dalto

CURITIBA

2009

TERMO DE APROVAÇÃO


LEANDRO CESAR PORRUA

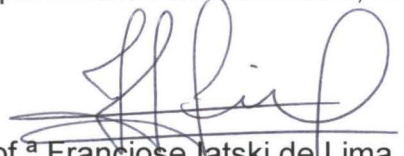
ANÁLISE DOS CICLOS ECONÔMICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 1945 - 2008

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Fabiano Abranches Silva Dalto
Departamento de Economia, UFPR


Prof.ª Angela Welters
Departamento de Economia, UFPR


Prof.ª Franciose Iatski de Lima
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 08 de dezembro de 2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que de forma direta, ou indireta, contribuíram para, não só a realização deste trabalho, mas a efetivação de todo o meu caminho estudantil e acadêmico.

Especial agradecimento ao professor Fabiano Dalto, cuja orientação foi esclarecedora e fundamental para a concretização deste trabalho.

Agradeço também às professoras Angela Welters e Franciose Iatski que gentilmente aceitaram participar da banca examinadora. Suas pertinentes observações contribuíram para a melhoria deste estudo.

[...] em condições de laissez-faire, talvez seja impossível evitar grandes flutuações no emprego sem uma profunda mudança na psicologia do mercado de investimentos, mudança essa que não há razão para esperar que ocorra. Em conclusão, acho que não se pode, com segurança, abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o volume corrente de investimento.

John Maynard Keynes

RESUMO

Os ciclos econômicos são um fenômeno recorrente dentro de uma economia capitalista. A partir do fim da segunda guerra mundial o Brasil, de fato, iniciou um franco processo de expansão industrial, dentro da ótica capitalista. As variações da renda e a conseqüente formação dos ciclos econômicos são fundamentalmente determinadas pelas variáveis investimento e consumo, além da influência das transações monetárias e financeiras. O objetivo desse trabalho foi de analisar as flutuações econômicas ocorridas no Brasil no período pós-guerra e identificar os ciclos econômicos existentes. Além disso, buscar destacar o papel do Estado dentro do processo de crescimento econômico do país, e sua influência sobre o comportamento dos ciclos. O período pós-guerra foi estratificado em sessões, englobando menores espaços de tempo. Utilizou-se levantamento de dados estatísticos para análise das variáveis "reais" e monetárias, com o intuito de verificar a existência de padrões de comportamento. O Brasil teve como característica latente em praticamente todo o período analisado a participação maciça do Estado atuando diretamente nas atividades produtivas. A maneira como se deu o crescimento nacional engendrou um processo de crescente e recorrente concentração de renda ao longo do período. Foi possível identificar, claramente, a existência de quatro ciclos econômicos. Cada qual com suas características próprias: seja de grande ou diminuta volatilidade, maiores ou menores taxas de crescimento, controle ou descontrole inflacionário ou ainda uma participação estatal mais ou menos contundente.

Palavras-chave: Ciclos econômicos. Investimento. Consumo. Estado. Pós-guerra.

ABSTRACT

The economical cycles are an appealing phenomenon inside of a capitalist economy. Starting from the end of Second World War, Brazil, in fact, began a franc process of industrial expansion, inside of the capitalist optics. The variations of the income and the consequent formation of the economical cycles are fundamentally determined for the variables investment and consumption, besides the influence of the monetary and financial transactions. The objective of this paper was of analyzing the economical floatation happened in Brazil in the post-war period and to identify the existing economical cycles. Besides, to look for to emphasizing the paper of the State inside of the process of economical growth of the country, and its influence in the behavior of the cycles. The post-war period was stratified in sessions, including smaller spaces of time. Rising of statistical data was used for analysis of the "real" and monetary variables, with the intention of verifying the existence of patterns of behavior. Brazil had as latent characteristic in practically the whole analyzed period the solid participation of the State acting directly in the productive activities. The way as happened the national growth engendered a crescent process and appealing concentration of income along the period. It was possible to identify, clearly, the existence of four economical cycles. Each one with their own characteristics: be of great or tiny volatility, larger or smaller growth taxes, control or disarray inflationary or still a state participation more or less strongly

Key words: Economical cycles. Investment. Consumption. State. Post-war.

LISTA DE SIGLAS

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA	12
2.2 A TEORIA DOS CICLOS ECONÔMICOS EM KEYNES	14
2.2.1 Fatores determinantes da propensão marginal a consumir	16
2.3 OS DETERMINANTES DOS LUCROS EM KALECKI	19
2.4 MECANISMO DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA	22
2.5 A INTERAÇÃO ENTRE O LADO PRODUTIVO E FINANCEIRO	25
3 CICLOS ECONÔMICOS APLICADOS À REALIDADE BRASILEIRA	29
3.1 PERÍODO DO POPULISMO (1945 – 1963).....	30
3.2 PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964 – 1985).....	34
3.3 PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1986 – 1994)	40
3.3.1 Origens e conseqüências do endividamento externo brasileiro	43
3.3.2 O comportamento do <i>mark-up</i>	46
3.4 A ERA REAL (1995 – 2008).....	47
3.5. O COMPORTAMENTO DO CONSUMO E A CONCENTRAÇÃO DE RENDA	50
4 CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS	57
ANEXO	59

1 INTRODUÇÃO

A economia nacional enfrentou ao longo dos anos situações de expansão e retração dos principais agregados macroeconômicos, como renda, consumo e investimento. Por meio de levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as variações reais do Produto Interno Bruto brasileiro, disponíveis no Ipeadata, observa-se a existência de sucessivas e expressivas expansões, como nos anos de 1971, 1972 e 1973, quando o produto sofreu um incremento de 11,3%, 11,9% e 14%, respectivamente, e momentos de contração, como em 1988 (-0,1%) e 1992 (-0,54%).

Tais oscilações representam um fenômeno recorrente nas economias capitalistas, cuja dinâmica caracteriza os chamados ciclos econômicos. Sendo o desenvolvimento econômico somente engendrado a partir da obtenção de taxas de crescimento do produto consistentes e constantes, o apelo social para a concretização de uma economia saudável e robusta é evidente. O governo, neste sentido, é o grande responsável pela coordenação macroeconômica do país, seja atuando de forma direta, criando empresas e órgãos reguladores, por exemplo, ou via atuações indiretas, como subsídios, estimulando o setor privado. Sua atuação, portanto, pode ocorrer por meio de diversos instrumentos, sejam eles fiscais, monetários, cambiais ou de controle.

Diante disso, este trabalho visa identificar os ciclos econômicos e analisar a maneira como ocorreram as flutuações econômicas no Brasil no período de 1945 à 2008, buscando enfatizar a atuação do governo sob o papel de coordenador macroeconômico, frente as realidades circunstanciais, com o intuito de gerir o comportamento do Produto Interno Bruto e, conseqüentemente, o reflexo de suas medidas sobre o comportamento da economia nacional.

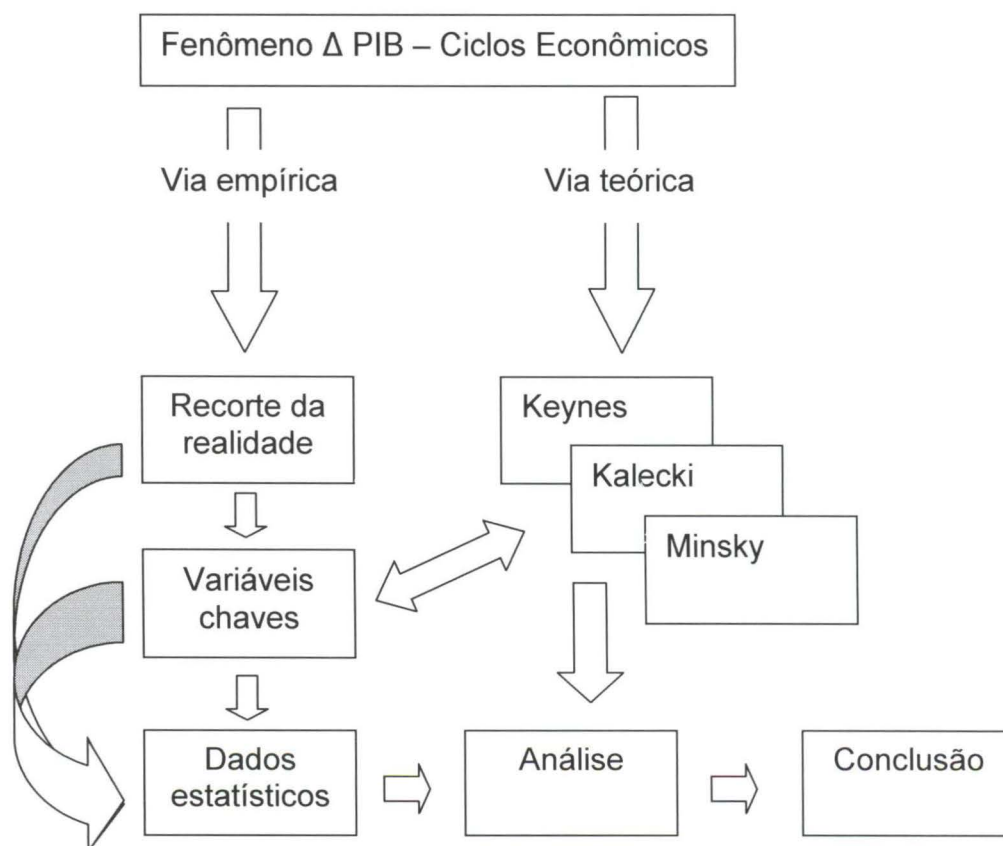
Pelo lado teórico, o estudo será norteado pela visão apresentada por Keynes em sua “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”. Contudo, serão incorporados conceitos e teorias de outros autores, consonantes com a visão keynesiana, com o intuito de tornar o referencial teórico mais amplo e explicativo. Neste sentido, serão abordados “Os Determinantes dos Lucros” apresentados por Kalecki em sua obra “Teoria da Dinâmica Econômica”, além do capítulo “Mecanismo

da Recuperação Econômica”, presente no livro “Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas”.

Para complementar o referencial no que se refere às questões financeiras e monetárias, bem como seus efeitos sobre a economia e os ciclos econômicos, será dedicada uma seção as exposições presentes na obra “Can it happen again?”, do economista Hyman Minsky. Dessa forma, encerra-se o capítulo destinado ao referencial teórico do trabalho.

Pelo lado empírico, serão utilizados dados estatísticos disponíveis no Ipeadata, que versam, entre outros, sobre Produção Interna Bruta, Formação Bruta de Capital, Consumo, Índice Geral de Preços e concentração de renda. A partir daí, o trabalho confrontará os dados históricos com o referencial teórico previamente apresentado.

A metodologia utilizada pode, portanto, ser representada pelo organograma abaixo:



ORGANOGRAMA 1.1: ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O capítulo de desenvolvimento empírico fora estratificado temporalmente, buscando analisar de maneira concomitante os fatores produtivos, monetários e financeiros na formação dos ciclos. A última seção deste capítulo versará sobre a problemática entre o comportamento do consumo e a concentração de renda no país. Como será visto no desenvolver deste trabalho, esta é uma questão relevante a ser observada, especialmente para o Brasil, que historicamente possui índices elevados de desigualdade.

A escolha do início do intervalo de análise é devido ao fato de que a partir do pós guerra é o momento “quando a Indústria Manufatureira consolidou seu papel de eixo dinâmico da economia” (SERRA,1998, p. 70) o que permitiu um crescimento econômico nacional mais vigoroso e consonante com os ideais capitalistas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico partirá de uma apresentação acerca do princípio da demanda efetiva em Keynes, presente em sua obra mais conhecida “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”. Após, será apresentada a questão dos ciclos econômicos presente na mesma obra.

Nesse capítulo também é discutido os “determinantes dos lucros” e os “mecanismos de recuperação econômica”, ambos propostos pelo economista polonês Michal Kalecki. O objetivo é verificar como o lucro é auferido no sistema capitalista, além de trazer a luz os condicionantes de uma recuperação econômica, uma vez instalado em um cenário de crise.

Para encerrar o capítulo, será abordada a interação entre o lado produtivo e o financeiro dentro da economia capitalista. Para tal, serão tomados como referência os capítulos 2 e 3 da obra “Can ‘it’ Happen Again – Essays on Instability and Finance”, do economista Hyman Minsky. A análise das questões financeiras complementa a teoria do ciclo econômico à medida que revela a influência e importância das transações financeiras no comportamento dos agentes e no desempenho da economia.

2.1 O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA

Keynes (1996, p. 59) expõe que um empresário é alvo de dois tipos de gastos. O primeiro se refere a remuneração aos fatores de produção, o que é chamado de custos de fatores. O segundo corresponde a parcela paga a outros empresários, referente a compras realizadas e uso de seus equipamentos, tal gasto é chamado de custo de uso. A partir daí, tem-se que:

A diferença entre o valor da produção resultante e a soma do custo de fatores e do custo de uso é o lucro ou, como passaremos a chamá-lo, a renda do empresário [...] o custo de fatores e o lucro formam, juntamente, o que definiremos como renda total resultante do emprego [...]. (KEYNES, 1996, p. 59).

A quantidade de emprego, “N”, dependerá da expectativa de receita que o empresário espera obter referente a um determinado nível de produção.

[...] se para determinado valor de N o produto esperado for maior que o preço da oferta agregada, isto é, se D for superior a Z, haverá um incentivo que leva os empresários a aumentar o emprego acima de N [...] até chegar ao valor de N para o qual Z é igual a D. Assim, o volume de emprego é determinado pelo ponto de interseção da função demanda agregada e da função oferta agregada, pois é nesse ponto em que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas. (KEYNES, 1996, p. 60-61).

É chamado de demanda efetiva o valor D no qual ocorre a interseção da curva de demanda agregada com a curva de oferta agregada. Não há estímulo para que os capitalistas empreguem mão-de-obra acima deste nível, pois é aí que seus lucros são maximizados.

Keynes (1996, p. 62) chama atenção para o fato que quando o emprego aumenta, se eleva a renda agregada e o consumo da sociedade. Contudo, de acordo com a chamada “lei psicológica fundamental”, o acréscimo de consumo ocorre em uma proporção inferior ao aumento da renda. A chamada propensão marginal a consumir determina a parcela da renda que será destinada ao consumo. Portanto fica claro que quanto mais elevada for a renda de um determinado indivíduo, menor será, proporcionalmente, seu gasto com consumo.

Conforme observado por Silva (1999, p. 183), aceitando-se a lei psicológica fundamental como válida, a questão da distribuição de renda ganha grande importância. Uma redistribuição em benefício das classes de renda mais baixa acarretará em aumento do consumo agregado e, conseqüentemente, uma elevação da renda global da economia, isto porque as camadas com rendas diminutas são as que possuem propensão a consumir mais elevadas.

Keynes (1996, p. 63) explica que demanda efetiva D é formada por dois componentes, quais sejam: a parcela destinada ao consumo, D1; e aquela destinada a atender novos investimentos, D2.

A quantidade de mão-de-obra N que os empresários resolvem empregar depende da soma (D) de duas quantidades, a saber: D1, o montante que se espera seja gasto pela comunidade em consumo, e D2, o montante que se espera seja aplicado em novos investimentos. D é o que chamamos antes de demanda efetiva. (KEYNES 1996, p. 63).

“A propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e é este que, certamente, determina o nível de salários reais – e não o inverso.” (KEYNES, 1996, p. 64). Esta assertiva nos leva a concluir que uma economia elevará seu nível de emprego se ocorrer um “choque positivo” da demanda agregada, seja via elevação do investimento, D2, seja via crescimento do consumo, D1. Portanto, para autores que adotam o princípio da demanda efetiva, cabe analisar os determinantes dessas decisões para entender como elas variam ao longo do tempo. Descobrir alguns dos elementos essenciais que determinam essas decisões será possível dizer algo sobre o padrão cíclico das economias capitalistas.

2.2 A TEORIA DOS CICLOS ECONOMICOS EM KEYNES

O primeiro dos componentes da demanda efetiva a ter seu comportamento analisado será o investimento. Segundo Keynes, o investimento depende da eficiência marginal do capital. Os movimentos ascendentes e descendentes da renda estão atrelados primordialmente as alterações da “eficiência marginal do capital”. Tal conceito foi caracterizado de maneira clara e objetiva por Dillard (1964, p. 244) “[...] a eficiência marginal do capital não é senão outro nome para designar a taxa prevista de lucro sobre o investimento novo [...]”.

As expectativas e incertezas dos empresários tornam-se cruciais para o comportamento dos ciclos. É a expectativa quanto a performance futura da economia e as incertezas a ela atrelada que influenciam diretamente a chamada eficiência marginal do capital e, portanto, o nível de investimento do sistema econômico. A flutuação da eficiência marginal do capital é a força motriz dos ciclos econômicos. Sua queda gera aumento da preferência pela liquidez por parte dos agentes, elevando a demanda por moeda, que por sua vez pressionará o aumento da taxa de juros. Conforme exposto por Keynes (1996, p. 295): “[...] o pessimismo e a incerteza a respeito do futuro que acompanham um colapso da eficiência marginal do capital suscitam naturalmente, um forte aumento da preferência pela liquidez e [...] uma elevação da taxa de juros.”.

O ciclo permanecerá na fase de expansão enquanto a eficiência marginal do capital for crescente. O ponto de inversão ocorre quando há um colapso dessa eficiência, ou seja, quando o otimismo referente aos lucros futuros cede lugar a descrença, que engendra, por fim, o pessimismo.

Tal mudança de expectativa se deve a dois fatores primordiais: o aumento dos custos de produção; e abundância de produção, conforme explanado por Dillard (1964, p. 246):

Uma eficácia marginal do capital está sujeita a pressão de duas direções: do aumento dos custos da produção de novos bens de capital à medida que se manifestam a escassez e os engarrafamentos de matéria-prima e mão-de-obra, e da crescente abundância da produção proveniente de novos bens de capital recentemente contemplados, que tende a diminuir alguns rendimentos abaixo das expectativas. (DILLARD, 1964, p. 246).

A volatilidade da eficiência marginal do capital repercute inclusive na propensão marginal a consumir de uma sociedade. A queda na expectativa de lucro futuro reduzirá o valor do mercado de títulos, o que acarretará uma retração na propensão marginal a consumir. Esse efeito se verifica em sociedades com “mentalidade acionista”¹.

A decisão de investir por parte do capitalista é, portanto, fator fundamental para a concretização dos ciclos econômicos. Tal constatação não é agradável nem desejável na concepção de Keynes (1996, p. 298).

[...] em condições de *laissez-faire*, talvez seja impossível evitar grandes flutuações no emprego sem uma profunda mudança na psicologia do mercado de investimentos, mudança essa que não há razão para esperar que ocorra. Em conclusão, acho que não se pode, com segurança, abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o volume corrente de investimento. (KEYNES, 1996, p. 298).

Embora a passagem anterior deixe clara a posição de Keynes a favor de uma intervenção estatal, onde o governo atue como um coordenador macroeconômico visando minimizar as oscilações dos ciclos, este ponto de vista não é aprofundado em sua obra principal, isto porque os ciclos econômicos nesta obra é um assunto colocado em segundo plano, como o próprio Keynes (1996, p. 293)

¹ Expressão utilizada por Keynes (1996, p. 297) na “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” para se referir às sociedades cujos agentes modificam sua propensão a consumir devido às variações no mercado de títulos, ainda que sua renda principal não seja proveniente deste mercado.

admitiu: “O desenvolvimento desta tese [ciclos econômicos] exigiria antes um livro que um capítulo [...]”

Em condições de *laissez-faire*, cada empresário buscará resguardar seus interesses particulares. Ao primeiro sinal de desaquecimento da economia a tendência natural dessa classe é aumentar sua liquidez frente a um cenário de incerteza. A generalização de tal comportamento, um comportamento de manada, tende a maximizar as depressões do ciclo, gerando as grandes flutuações outrora mencionadas por Keynes. O Estado, nesse contexto, deveria intervir na economia para minimizar tais oscilações.

De forma geral, concluí-se que há a ocorrência de um processo em cadeia, no qual as relações entre as variáveis investimento e propensão a consumir geram efeitos sobre a economia. Por um lado temos que a queda da eficiência marginal do capital repercutirá negativamente sobre a propensão a consumir, conforme exposto acima. Por outro lado, temos que a expectativa de lucro futuro só se elevará se houver a expectativa de um consumo posterior. Há, portanto, uma tendência de ciclo vicioso entre as variáveis, pois “o consumo, para repetir o óbvio, é o único fim e objetivo da atividade econômica.” (KEYNES, 1996, p 124).

Observa-se, portanto, que para a compreensão da dinâmica dos ciclos, faz-se necessário também discorrer sobre o consumo, segundo componente da demanda efetiva, e as características da propensão a consumir, conforme efetuado a seguir.

2.2.1 Fatores determinantes da propensão marginal a consumir

Os fatores que influenciam a propensão a consumir dos indivíduos podem ser divididos em dois grupos: os objetivos e os subjetivos (KEYNES, 1996, p 116).

Quanto aos objetivos, quatro fatores são fundamentais: variações salariais, variações na política fiscal, variações das expectativas quanto aos níveis de renda presente e futuro e variações imprevistas nos valores de capital.

As variações salariais representam o fator de influência mais contundente sobre a propensão a consumir, pois é a principal fonte de recurso que os indivíduos possuem para efetuar aquisições.

As políticas fiscais atuam na medida em que contrações ou expansões de impostos são adotadas pelo governo. Como consequência, a renda disponível do indivíduo sofrerá alteração, sendo revista a parcela destinada ao consumo.

As variações na expectativa quanto aos níveis de renda presente e futuro tem consequências sobre a propensão à medida que traz ao indivíduo incertezas sobre o comportamento de sua renda, provocando um arrefecimento sobre o consumo por medida cautelar.

Por sua vez, as variações imprevistas nos valores de capital têm efeito sobre aqueles indivíduos que possuem bens. Suas desvalorizações, ou valorizações, influenciam a curto prazo a propensão a consumir, pois os detentores se vêem com a mesma quantidade física de bens, porém com um valor total inesperadamente menor. Essa surpresa provocará uma contração no consumo.

Importante destacar que o nível de juros de uma economia não influencia a propensão de maneira relevante, conforme exposto por Keynes (1996, p. 166-167):

[...] não é provável que o tipo usual de flutuação a curto prazo na taxa de juros tenha muita influência direta sobre os gastos [...]. Raras são as pessoas que alteram o seu modo de vida porque a taxa de juros baixou de 5% para 4% [...] a conclusão mais importante sugerida pela experiência é, segundo creio, a de que a influência a curto prazo da taxa de juros sobre os gastos individuais feitos com determinada renda é secundária e relativamente de pouca importância, excetuando-se, talvez, o caso de variações excepcionalmente grandes. (KEYNES, 1996, p. 166-167).

Os aspectos subjetivos da propensão a consumir são menos relevantes e imprecisos, a medida que são subjetivos e imensuráveis. Entre os diversos fatores apresentados por Keynes (1996, p. 127-128), três merecem destaque por serem mais latentes na sociedade. São eles: constituir uma reserva para fazer face a contingências imprevistas, beneficiar-se do juro e da valorização (abrindo-se mão do consumo presente em benefício de um consumo futuro maior) e garantir recursos para fins especulativos ou econômicos. Os aspectos subjetivos variam conforme a configuração da sociedade, sofrendo influência de variáveis como raça, hábitos, educação, convenções e religião.

Diante do exposto, Keynes (1996, p. 118) considera que “[...] a propensão a consumir é uma função bastante estável [...] os homens estão dispostos, de modo geral, a aumentar o seu consumo à medida que sua renda cresce [...]”.

Quando se analisa os fatos objetivos e subjetivos conjuntamente, chega-se a seguinte conclusão:

Considerando, portanto, que a base principal das forças subjetivas e sociais muda lentamente, enquanto por outro lado a influência a curto prazo nas alterações da taxa de juros e outros fatores subjetivos é, no mais das vezes, de importância secundária, somos levados a concluir que as variações de curto prazo no consumo dependem, em grande parte, das alterações do ritmo com que se ganham as renda [...]. (KEYNES, 1996, p. 129).

Mediante o que fora visto até aqui, observa-se que as duas principais variáveis que influenciam o ciclo econômico, investimento e consumo, possuem características distintas. O consumo é estável, enquanto o investimento é volátil. Além disso, elas se relacionam e sofrem influência mútua. Embora não abordado por Keynes, outro fator de estabilidade do consumo é a própria existência de contratos no mercado de trabalho. Tais contratos trazem rigidez aos salários e, portanto, a renda geral dos trabalhadores também se torna rígida, o consumo se torna estável e relativamente previsível (visto que os reajustes salariais tendem a acompanhar indexadores como a inflação). O investimento, por sua vez, não possui qualquer trava ou fator que traga rigidez², além de ser baseado em expectativas e incertezas, o que lhe confere a volatilidade característica.

Para tornar o referencial o mais explicativo possível, dentro da lógica keynesiana, é prudente agregar conceitos e ideias do eminente economista polonês Michal Kalecki (1899 - 1970) referentes aos determinantes dos lucros e aos mecanismos de recuperação econômica. Isto se faz necessário tendo em vista que Keynes, por si só, não desenvolve de maneira mais detalhada a questão dos ciclos econômicos, fazendo-se necessária a busca por fontes complementares.

Silva (1999, p. 199) observa que tanto Keynes quanto Kalecki tomam como ponto de partida de suas respectivas análises uma situação hipotética em que a distribuição de renda é dada. “A adoção dessa hipótese pode ser justificada pela relativa estabilidade empírica da distribuição da renda” (SILVA, 1999, p. 209). A diferença reside no fato de que Kalecki faz uma separação entre trabalhadores e capitalistas “o que permite estudar os fatores que explicam a participação de salários e lucros na renda agregada” (SILVA, 1999, p. 199).

2 Excetuam-se, aqui, situações em que o empresário efetua um investimento em capital fixo ou produtivo. Essa ação lhe confere, momentaneamente, uma situação de iliquidez, o que, de certa forma, é um fator que lhe traz certa rigidez para efetuar novos investimentos (no curto prazo).

Outro ponto de convergência relevante é que tanto Kalecki quanto Keynes chegam a conclusões semelhantes sobre a existência do “multiplicador dos gastos autônomos”.

[...] O ‘multiplicador kaleckiano’ é equivalente ao multiplicador keynesiano, com a diferença de que [no multiplicador kaleckiano] a propensão marginal a consumir [...] é calculada como a média das propensões marginais a consumir de trabalhadores e capitalistas, ponderadas por suas respectivas participações na renda [...]. (SILVA, 1999, p. 216).

Em Keynes “o consumo deixa de ser uma decisão ‘autônoma’ (em relação a renda); torna-se uma variável de gasto ‘induzida’ (pela renda)” (SILVA, 1999, p. 180). Como será visto na seção a seguir, 2.3, Kalecki compartilha desse ponto de vista, sendo inclusive mais radical, considerando que todo o salário auferido pelos trabalhadores é convertido em consumo. Portanto, para ambos, o consumo sofre influência direta da renda.

Silva (1999, p. 217-219) observa, ainda, que ambos os economistas atribuem a variável investimento o papel principal na determinação do nível de atividade de uma economia, sendo que a decisão de investir por parte dos capitalistas (variável investimento) é muito mais instável que o comportamento dos consumidores (variável consumo).

2.3 OS DETERMINANTES DOS LUCROS EM KALECKI

Ao contrário de Keynes, Kalecki tem como pressuposto que os trabalhadores não poupam. “Como resultado, a demanda por bens de consumo para trabalhadores é totalmente determinada pelos salários” (SILVA, 1999, p. 200).

Em um modelo simplificado, onde gastos da administração pública e tributação são desprezíveis, tem-se uma situação em que o produto nacional é uma identidade da soma de investimento, consumo dos capitalistas e consumo dos trabalhadores ($Y = C_c + C_t + I$). “Identificamos, então, três tipos de decisão de gasto [...] duas delas são exclusivamente dos capitalistas: O investimento e o consumo do capitalista. A terceira é o consumo dos trabalhadores.” (SILVA, 1999, p. 152).

Sendo todo o consumo dos trabalhadores oriundo dos salários, sem formação de poupança, e o consumo e investimento dos capitalistas do seu lucro bruto, a identidade acima apresentada pode, portanto, ser reescrita como sendo a soma do Lucro Bruto (capitalistas) e dos salários (trabalhadores). Dessa forma temos que: $\text{Lucro Bruto} + \text{Salários} = Y = C_c + C_t + I$. Não havendo poupança, os elementos “salário” e “consumo dos trabalhadores, C_c ” se anulam mutuamente, sendo que o lucro bruto será dado pela soma do consumo dos capitalistas com o investimento bruto. $\text{Lucros Brutos} = \text{Investimento bruto} + \text{consumo dos capitalistas}$.

Para Kalecki (1985, p. 36), o segundo membro da equação determina o primeiro.

Ora, é claro que os capitalistas podem decidir consumir e investir mais num dado período que no precedente, mas não podem decidir ganhar mais. Portanto são suas decisões quanto a investimento e consumo que determinam os lucros e não vice-versa. (KALECKI, 1985, p. 36).

Na obra “Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas”, Kalecki (1983, p.39-40) admite que a ideia de que quanto maior for o consumo dos capitalistas maior será seu lucro, contradiz o senso comum que reza exatamente pelo oposto, de que os lucros seriam maiores quanto menor forem os gastos dos capitalistas. O senso comum está correto quando se pensa em um capitalista individual, porém é falsa quando se analisa a classe capitalista como um todo:

Se alguns capitalistas gastam dinheiro, em investimento e em bens de consumo, seu dinheiro vai, em forma de lucro, para outros capitalistas. O investimento ou o consumo de alguns capitalistas cria lucros para outros. Os capitalistas como classe ganham exatamente tanto quanto investem ou consomem, e se – num sistema fechado – parassem de investir ou consumir, eles absolutamente não ganhariam qualquer dinheiro. (KALECKI, 1983, p. 40).

Os lucros não são constantes ao longo do tempo. De acordo com Kalecki (1985, p. 36) sua dinamicidade ocorre porque os capitalistas não decidem investir ou consumir tendo como referencial único os lucros obtidos no período precedente. Se isso ocorresse, os lucros permaneceriam estacionários ao longo dos períodos.

Se os capitalistas sempre decidissem consumir ou investir num dado período o que ganharam no período anterior, os lucros desse período dado seriam iguais aos do anterior. Num caso desses, os lucros permaneceriam estacionários [...]. Mas *não* é isso que acontece. Apesar de os lucros do período anterior serem um dos determinantes importantes do consumo e do investimento dos capitalistas, os capitalistas em geral *não* decidem consumir e investir num dado período precisamente o que ganharam no anterior. Isso explica porque os lucros *não* permanecem estacionários, mas flutuam com o tempo [...]. As decisões com base no investimento passado podem não determinar completamente o volume de investimento em um dado período, devido a uma inesperada acumulação ou esgotamento de estoques [...] os lucros brutos reais em um dado período curto de tempo são determinados por decisões dos capitalistas, com respeito a seu consumo e investimento, tomadas no passado e sujeita a correções diante de modificações inesperadas no volume dos estoques. (KALECKI, 1985, p 36)

Enquanto o lucro é determinado por $Cc+I$, a renda dos trabalhadores é determinada pelos “fatores de distribuição da renda”, os quais sofrem influência das estruturas de mercado existentes, como, por exemplo, o grau de monopólio. Para Kalecki (1985, p. 37), os fatores de distribuição, em conjunto com o consumo e investimento dos capitalistas, determinam a produção e o emprego em escala nacional.

Em uma situação com governo e “resto do mundo” inseridos, as conclusões são semelhantes, contudo surge a importância do saldo da balança comercial e do déficit orçamentário na determinação dos lucros. Tanto o déficit fiscal quanto o saldo positivo da balança comercial, atuam de forma parecida, proporcionando ao capitalista a obtenção de lucros acima do nível que seria auferido pelo seu investimento e consumo. Conforme exposto por Kalecki (1985, p. 40):

Os capitalistas de um país que conseguem dominar os mercados externos até então detidos por outros países conseguem aumentar seus lucros às expensas dos capitalistas dos outros países, que perderam esses mercados [...]. Um déficit orçamentário tem efeito semelhante ao de um saldo positivo na balança comercial. Ele também permite um aumento dos lucros acima do nível determinado pelo investimento privado e pelo consumo dos capitalistas. Em um certo sentido, o déficit orçamentário pode ser considerado como um saldo positivo em sua balança comercial artificial. Apresentando saldo positivo em sua balança comercial, um país recebe mais por suas exportações do que paga por suas importações. No caso do déficit orçamentário, o setor privado da economia recebe mais através dos gastos do Governo do que paga em impostos. (KALECKI, 1985, p. 40).

A conquista de mercados externos é uma importante ferramenta para obtenção de lucros acima do que seriam normalmente auferidos à custa da capacidade do mercado interno.

Outro ponto relevante é o papel do *mark-up* no contexto econômico. A determinação do *mark-up* por parte dos capitalistas possui propriedade anticíclica. Em épocas de expansão do ciclo, o *mark-up* tende a se situar em um nível mais baixo do que ocorre em épocas de depressão.

Em fase recessiva, o capitalista eleva o *mark-up* com o intuito de preservar seu lucro líquido, sendo que o cenário circunstancial desfavorece a entrada de novos concorrentes. Ao contrário, em fase de expansão, o *mark-up* se contrai para evitar a entrada de novas empresas, as quais se sentem motivadas a fazê-lo devido a situação econômica favorável. Tal dinâmica pode não se verificar em casos em que a economia enfrente uma depressão muito acentuada. Neste cenário, poderão ocorrer guerras de preços entre as empresas o que acarretará em desestabilização das estruturas de um mercado tipicamente oligopolistas, o que acarretará redução dos *mark-ups* praticados pelas empresas, e não seu aumento. (SILVA, 1999, p. 209-210).

2.4 MECANISMO DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Kalecki (1983, p. 21) considera o desemprego como sendo o principal sintoma da depressão econômica. Juntamente a isso, verifica-se a existência de ociosidade de equipamentos nas indústrias em geral. Num cenário como esse, a redução generalizada dos salários não representa uma alternativa para superar a crise, pois, como observa o autor:

[...] uma das principais características do sistema capitalista é o fato de o que é vantajoso para um empresário individual não necessariamente beneficia a todos os empresários como classe. Se um empresário reduzir os salários, ele poderá, *ceteris paribus*, expandir sua produção; mas se todos os empresários fizerem a mesma coisa, o resultado será inteiramente diferente. (KALECKI, 1983, p. 21)

A redução dos salários de forma global compromete seriamente a venda dentro do sistema econômico, isto porque o poder aquisitivo da sociedade como um todo caiu, o que repercutirá em um consumo menor. Portanto, parte da produção não se transformará em lucro (pois não será vendida). Como resultado, haverá

elevação dos estoques. Assim sendo, a redução dos salários, dos custos e a utilização de maquinário ocioso não garante a obtenção de lucros mais elevados nem o término da fase depressiva.

Kalecki (1983, p. 21-22) observa que para inibir a crescente formação de estoques, haverá uma pressão para baixo sobre o preço dos bens, o que fará com que o aparente ganho gerado pela redução inicial dos salários seja anulado.

No fim das contas, somente terá ocorrido uma redução de preço, cancelando a vantagem da redução de custo para os empresários, e reaparecerá o desemprego que marcha passo a passo com a subutilização do equipamento. (KALECKI, 1983, p. 22)

Kalecki (1983, p. 23) busca demonstrar como o aumento dos investimentos por parte dos capitalistas, unido a uma política de não redução de salários, causa um aumento da produção.

Numa situação em que haja uma inovação tecnológica, os empresários poderão realizar investimentos para a propagação dessa nova tecnologia por meio do que Kalecki (1983, p. 24) chama de “criação de poder de compra”. Esse poder de compra é financiado por empréstimos bancários. Tais recursos são utilizados pelos empresários para implementar a nova tecnologia, o que aumentará a demanda das indústrias produtoras de bens de capital, as quais empregarão mais e utilizarão parte de seu maquinário que estava, até então, ocioso. O aumento desse emprego, por sua vez, elevará a demanda por bens de consumo, o que impulsionará o emprego nas respectivas indústrias produtoras.

Dessa forma, os recursos aplicados para a implantação da nova tecnologia são transferidos, em forma de lucro, aos bolsos de outros capitalistas via gasto dos trabalhadores (ainda considerando que estes não poupam). E, como resultado final, tem-se que esses recursos retornam ao sistema bancário em forma de depósitos efetuados pelos próprios empresários.

Os créditos bancários aumentam em montante igual ao investimento adicional, e os depósitos em valor igual aos lucros adicionais. Os empresários que se engajam em investimento adicional “impõem” para os bolsos de outros capitalistas os lucros que são iguais a seus investimentos, e tornam-se devedores desses capitalistas em igual montante, através dos bancos. (KALECKI, 1983, p. 24).

A recuperação anteriormente explanada tem como força motriz a inovação tecnológica. Contudo, não é um estímulo único para a recuperação.

Segundo Kalecki (1983, p. 25-26), após certo tempo na fase de depressão, parcela dos bens de capital é “destruída” e, conseqüentemente, sai de uso permanentemente. Tal diminuição do maquinário eleva o grau de utilização dos equipamentos ainda existentes, aumentando a rentabilidade em sua utilização. A rentabilidade em alta estimulará a elevação do nível de investimento. A partir daí, ocorrerá o processo de recuperação conforme descrito anteriormente, utilizando os recursos financeiros como poder de compra adicional. Nesta situação, a degradação natural dos bens de capital existentes substitui a inovação tecnológica.

Após certo tempo na fase de expansão, o caráter produtivo do novo investimento irá gerar um “excesso” de bens de capital, à medida que exceder o necessário para a reposição de capital fixo, diminuindo a rentabilidade de utilização do maquinário. Como resultado, haverá uma nova fase de depressão. O investimento ao mesmo tempo em que gera a recuperação econômica, leva a novas crises. Kalecki (1983, p. 26) considera esse fenômeno como sendo “um dos mais notáveis paradoxos do sistema capitalista.”.

Do mesmo modo que durante a depressão a retirada de equipamento de capital foi o começo da recuperação, agora a ampliação desse equipamento acaba por provocar a parada da expansão econômica e dá início à fase descendente. [...] o caráter produtivo do investimento contribui para o enfraquecimento da produção e finalmente a estanca, porque é a ampliação do equipamento de capital que [...] causa o colapso da expansão econômica. Encontramos aqui um dos mais notáveis paradoxos do sistema capitalista. A ampliação do equipamento de capital, isto é, o aumento da riqueza nacional, contém a semente de uma depressão no curso da qual a riqueza adicional se comprova ser apenas potencial. Porque uma parte considerável do capital permanece ociosa e somente torna-se útil na próxima recuperação. (KALECKI, 1983, p. 26-27).

As ideias de Keynes e Kalecki, até agora expostas, são, de fato, complementares. Contudo, há a necessidade de um aprofundamento no que versa a relação entre o setor produtivo e o financeiro dentro da economia capitalista. Para tanto, dedica-se a seção seguinte a essa interação, utilizando as concepções apresentadas por Hyman Minsky em sua obra “Can ‘It’ Happen Again? Essays on Instability and Finance”.

2.5 A INTERAÇÃO ENTRE O LADO PRODUTIVO E O FINANCEIRO

O economista Hyman Minsky chama atenção para a relação de dependência que há entre o lado produtivo de uma economia e seu sistema financeiro: “In capitalist economy investment decisions, investment financing, investment activation, profits and commitments to make payments due to outstanding debts are linked.” (MINSKY, 1982, p. 17).

Observa-se até aqui que o investimento é o motor para o crescimento econômico, contudo, os recursos que os capitalistas possuem muitas vezes não são suficientes para uma nova “rodada” de investimentos. O aumento da capacidade instalada deve levar em consideração uma questão crucial para o empresário, que é a indivisibilidade do capital fixo. Ao realizar um investimento, o objetivo estratégico do capitalista é proporcionar a sua planta uma capacidade produtiva superior àquela que se deseja em um curto espaço de tempo. Sendo assim, sua planta não opera, nos anos subsequentes, à 100% de sua capacidade. Espera-se que o percentual utilizado de uma planta progrida, ano a ano, até chegar próximo ao limite, quando, então, será necessário um novo investimento.

O setor financeiro proporciona ao capitalista um poder de efetuar investimento no presente, o que Kalecki chamou de “criação de poder de compra”, conforme exposto na seção anterior.

Minsky (1982, p. 18-22) observa que a relação entre setor financeiro (emprestador) e os empresários (tomador de empréstimo) é supostamente benéfica para ambos. O setor financeiro empresta no presente esperando uma recompensa no futuro (pagamento do que é devido acrescido de juros), enquanto os empresários tomam emprestado no presente, com o intuito de aproveitar oportunidades de mercado e auferir lucros, frente a promessa de pagamento futuro.

The deals between lenders and borrowers are presumably a good thing for both [...] To borrow is to receive money today in exchange for promises to pay money in the future [...] Each financial instrument is created by exchanging ‘money today’ for commitments to pay ‘money later’ (MINSKY, 1982, p. 17-19)

É esta relação entre tomadores e emprestadores que pode gerar instabilidade econômica e crises: “The relation among the various sources and uses

of cash for the various classes of economic units determines the potential for instability of the economy.” (MINSKY, 1982, p. 18).

É importante observar que o capitalista, após a efetivação de um investimento se torna uma espécie de “agente passivo”, porque sua racionalidade o impedirá de contrair novas dívidas, via empréstimos, até que a primeira tenha sido compensada, o que ocorre por meio de seu pagamento e obtenção de lucros mais elevados. A partir daí o capitalista estará “apto” a realizar novos investimentos mediante empréstimos junto ao setor bancário.

Conforme colocado por Minsky (1982, p. 17-19), as relações de empréstimo são efetuadas com uma margem de segurança, onde os tomadores devem possuir uma fonte de recursos para honrar seus compromissos. Essa margem de segurança é, de certa forma, incerta, pois o retorno do empréstimo dependerá fundamentalmente da performance futura da economia. Remete-se, portanto, a questão da expectativa do empresário frente ao resultado da economia na qual está inserida, conforme visto em Keynes.

Quando a margem de segurança não é suficiente, o tomador não possui recursos suficientes para honrar suas obrigações, e/ou a economia não gera nível de renda esperado, o sistema econômico entra em instabilidade.

Thus there exists a complex network of commitments to pay Money. The units that have entered into these commitments must have sources of money. [...] Underlying all financing contracts is an exchange of certainty for uncertainty. The current holder of money gives up a certain command over current income for an uncertain future stream of money. Just as there is no such thing as a free lunch, there is no such thing as a certain deal involving the future. Every investment in capital assets involves giving up something certain in exchange for something conjectural in the future. (MINSKY, 1982, p. 19-21).

Nesse cenário de empréstimo e investimento, o lucro tem um papel fundamental. Este possibilitará que o empresário honre suas dívidas oriundas dos empréstimos, além de ser responsável por elevar, ou reduzir, o “otimismo empresarial” em relação ao futuro de uma economia. Obviamente, quanto mais elevada é a obtenção de lucros, mais propenso estará o capitalista em continuar a realizar investimentos.

Profits are critical in a capitalist economy because they are a cash flow which enables business to validate debt *and* because anticipated profits are de lure that induces current and future investment. It is anticipated profits

which enable business to issue debts to finance investment and positions in capital assets. (MINSKY, 1982, p. 35).

O lucro é, desta forma, a variável que determina a intensidade das relações entre os agentes econômicos, emprestadores e tomadores, e que motiva o investimento.

Our analysis leads to a result that the way our economy functions depends on the level, stability, and prospects of profits. Profits are lure that motivates business and they are the flow that determines whether decisions taken in the past are apt in the light of the way the economy is functioning now. The flow of aggregate profits is the link between the past and the present and the lure of future profits determines the low of current profits. [...] Refinancing takes place only if gross profits are expected to be large enough to either validate the new debt or induce further refinancing. (MINSKY, 1982, p. 55; 63).

O caráter incerto que há nas relações entre os emprestadores e os tomadores de empréstimos, e, portanto, entre o setor financeiro e o setor produtivo de uma economia, é fonte de instabilidade econômica à medida que tais relações estão baseadas em previsões e expectativas quanto ao resultado econômico futuro de determinada atividade. “Thus investment and financing decisions are made in the face of intractable uncertainty, and uncertainty implies that views about the future can undergo marked changes in short periods of time.” (MINSKY, 1982, p. 62).

Minsky (1982, p 63) coloca que a existência de uma sólida e complexa estrutura financeira, como aquelas verificadas nas grandes economias mundiais, evita novos colapsos. As crises financeiras são, contudo, evitadas em detrimento da estabilidade de preços, ou seja, o caráter intervencionista tem o efeito colateral de engendrar um processo inflacionário (de ativos e de bens e serviços).

Além disso, intervenções na economia baseadas em déficits orçamentários governamentais podem, inclusive, sustentar a demanda e os lucros auferidos pelas empresas. Esta visão colocada por Minsky (1982, p.64-65) é convergente com o que Kalecki já havia observado, conforme visto na seção anterior. “In our present world, a sharp shift to government deficit financing [...] not only sustain demand but also sustains and may even increase business profits”. (MINSKY, 1982, p. 64-65).

As complexas relações existentes entre os agentes econômicos, unida a natureza de variáveis como investimento e lucros, impossibilitam que uma economia se desenvolva de forma estável, dando origem, inevitavelmente, ao que é chamado de ciclos econômicos.

Stable growth is inconsistent with the manner in which investment is determined in an economy in which debt-financing ownership of capital assets exists, and the extent to which such debt financing can be carried is market determined. (MINSKY, 1982, p. 66).

Com as ideias até aqui expostas, observa-se convergência e até mesmo o caráter complementar entre Keynes, Kalecki e Minsky.

Keynes lançou as bases da análise ao afirmar que o investimento (ou a decisão de investir) é a variável chave na alteração do emprego e renda de uma economia. Para tanto, apresentou o conceito de “eficiência marginal do capital”. A instabilidade dessa variável é oriunda de sua origem peculiar, uma vez que a decisão de investir é derivada de expectativas quanto aos resultados futuros da economia. E como para Keynes não há informações seguras sobre como a economia funcionará no período em que o investimento obterá a renda para a qual foi instalado, isto é, uma vez que as decisões são tomadas sob incerteza, as convenções em que as expectativas estão baseadas são altamente precárias.

Kalecki, contemporâneo de Keynes, chegou a conclusões semelhantes quanto a importância das variáveis investimento e consumo. Assim como Keynes atribuiu ao consumo um comportamento mais estável do que ao investimento, Kalecki demonstra que os lucros dos capitalistas são determinados por seus gastos em consumo e investimentos. Também mostra a importância do setor bancário no processo de recuperação econômica, ao possibilitar a “criação de poder de compra”.

É Minsky, no entanto, que apresenta as relações entre financiamento, gasto e instabilidade econômica. Minsky argumenta que as relações entre emprestadores e tomadores geram instabilidade, pois são realizadas dentro de margens de segurança, garantias, o que, por sua vez, é fortemente influenciado pelo desempenho futuro da economia. Quando a expectativa de bons resultados futuros não se concretiza, o sistema entra em instabilidade, e o pessimismo se instala tanto no setor produtivo como no setor financeiro. O lucro passado e a expectativa de lucro futuro determinam a intensidade na relação entre tomadores e emprestadores.

A partir do capítulo seguinte, o trabalho versará sobre a realidade econômica brasileira, buscando analisar os dados macroeconômicos em conjunto com a situação econômica nacional circunstancial, interpretando as situações econômicas dentro da ótica até agora apresentada.

3 CICLOS ECONÔMICOS APLICADOS À REALIDADE BRASILEIRA

O grande objetivo deste capítulo é aplicar a análise da realidade brasileira as teorias e concepções vistas no referencial teórico, visando determinar os ciclos econômicos existentes na economia nacional, bem como seus condicionantes, causas e consequências.

A estrutura do referencial teórico permite dividi-lo em duas grandes seções: a primeira enfatizando a parte “produtiva” da economia, na qual as idéias de Keynes e Kalecki são fundamentais; a segunda versando primordialmente sobre a parte monetária e financeira e sua interação com o lado produtivo, representada pela abordagem de Minsky. Esta estrutura permitiu uma apresentação progressiva e paulatina das diversas partes que compõe o todo, no caso, o sistema econômico, tornando claro, ao final, o caráter complementar de cada seção e, conseqüentemente, de cada teoria.

A parte empírica do trabalho, contudo, não seguirá à risca esta mesma divisão. Ao se observar a realidade de uma economia, os fenômenos produtivos, monetários e financeiros ocorrem de maneira concomitante. Separá-los tornaria a explanação menos coesa.

As seções que seguem serão divididas temporalmente, com o intuito de estratificar o período chamado de pós-guerra. Cada qual buscará analisar conjuntamente as questões produtivas, consumo e investimento, além das monetárias e financeiras, traçando em cada seção uma análise por completo de cada período.

Posteriormente, serão abordadas, em subseções específicas, questões acerca das origens e conseqüências do endividamento externo brasileiro, e também sobre o comportamento do *mark-up* durante a década de 1980, buscando confrontar os dados com o ponto de vista de Kalecki, o qual acreditava no seu atributo anticíclico.

A última seção do desenvolvimento deste trabalho trará à tona a problemática entre o comportamento do consumo e a concentração de renda no país, buscando verificar a influência mútua entre essas variáveis, visto que tanto Keynes quanto Kalecki imputaram grande importância à variável consumo na análise

dos ciclos, não esquecendo que o próprio Kalecki atribuiu aos “fatores de distribuição de renda” a determinação da renda dos trabalhadores.

Os dados estatísticos referentes às variações do PIB, do consumo, da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), do IGP-DI e do índice de Gini foram colhidos no Ipeadata e estão inseridos no anexo deste trabalho. A análise, no entanto, não se prenderá a estas estatísticas. Serão incorporadas visões e dados apresentados por outros autores como Fabio Giambiagi, Milton Furtado, José Serra, Paulo Davidoff Cruz, entre outros, conforme será visto no desenrolar das explicações.

A análise se tornará mais minuciosa por meio das extratificações temporais, iniciando pelo período que principia no ano de 1945 e finda em 1963, conforme segue.

3.1 PERÍODO DO POPULISMO (1945 - 1963)

Observa-se por meio dos dados constantes na tabela A1, “Variação do PIB Brasileiro”, que o consumo final se situa, no início do período, acima de 80% do PIB. Essa dinâmica é quebrada no ano de 1965, quando fora registrado um percentual de 79%. A explicação para este comportamento do consumo, pode ser encontrada no contexto político nacional. Trata-se do ano seguinte ao golpe militar. Com o cenário de incerteza instalado, as famílias buscam se precaver, acumulando divisas, e, conseqüentemente, reduzindo o consumo. Além disso, tem-se que o início dos anos de 1960 o IGP-DI passou a registrar elevadas taxas. De 1962 à 1964, o IGP-DI registrou, respectivamente, os seguintes valores: 51,59%, 79,91% e 92,12%. Como resultado, há uma deterioração do poder de compra da população, culminando em uma retração do consumo final por parte dos agentes. Como indicava o referencial teórico, não há sensível variação do consumo, visto seu caráter estável.

Furtado (1988, p. 163) lembra que a inflação já começa a preocupar a economia nacional desde meados do século anterior. E que em 1954, o então presidente Getúlio Vargas reajustou o salário mínimo em 100%.

A inflação que passou a ser engendrada na economia nacional poderia ser atribuída a própria intervenção estatal, conforme fora visto em Minsky, que com seus

gastos manteve a demanda efetiva da economia e permitiu a manutenção de *mark-ups* elevados. O consumo, como visto no referencial teórico, é um componente da demanda agregada (o qual é chamado, por Keynes, de “D1”) e também influencia os ciclos econômicos. Seu caráter estável torna-se questionável quando se tem um cenário de inflação em ascensão. Ao se elevar os salários, conforme feito por Vargas em 1954, aumenta-se o poder de compra da sociedade, outrora corroído pela inflação. A medida tomada pelo então presidente da república possuía um caráter político, contudo, influenciou de maneira contundente o consumo, fazendo com que isso gerasse um efeito em cadeia sobre os demais setores da economia, que passariam a produzir em maior volume para atender a demanda em elevação para bens de consumo. Como consequência o PIB nacional se manteria em expansão. Foi o que de fato ocorreu. O produto interno bruto, que havia crescido somente 4,7% em 1953, expandiu à taxa de 7,8% em 1954, e 8,8% no ano subsequente

Observa-se que nos anos de 1964 e 1965 a Formação Bruta de Capital Fixo, FBCF, seguiu a mesma dinâmica do consumo, sofrendo retração em seu valor, porém com variação mais contundente, passando de 17% do PIB para 14%. A maior variação do investimento em relação ao consumo já era esperada, conforme exposto no referencial teórico.

Importante observar que a obtenção das expansões econômicas acima mencionadas tiveram grande influência do Estado e sua intervenção como investidor junto à economia. Destacam-se, no período, dois grandes planos econômicos: o Plano Salte e o Plano de Metas

O interesse do País por um crescimento acelerado da economia tornou mais dinâmico o processo de substituição de importações, que se prolongou até os anos sessenta. [...] O produto real evoluiu a uma taxa média anual de 6,4%, entre 1947-56, sendo que o produto industrial, liderando o processo de crescimento da economia, cresceu a taxa média anual de 8,8%. [...] O Plano Salte, todavia, não fracassou, foram executados projetos de grande expressão econômica. [...] O Plano Salte foi um importante fator de crescimento industrial do País, no período pós-guerra, principalmente pela sua contribuição à expansão futura de duas áreas estratégicas – autoveículos e construção naval. Além do mais, sua execução serviu de ponto de germinação para a instalação de duas grandes empresas estatais – Petrobrás (1953) e Eletrobrás (1961). (FURTADO, 1988, p. 157-158).

Com os investimentos previstos no Plano de Metas, as taxas de crescimento no período foram muito elevadas, chegando ao pico de 10,8% em 1958, porém houve custos:

A política de desenvolvimento encetada pelo Governo, apesar dos resultados favoráveis alcançados, gerou alguns desequilíbrios financeiros que persistiram no período. A expansão da moeda e do crédito superou as expectativas [...] e acelerou o crescimento da taxa de inflação. (FURTADO, 1988, p. 167).

O ousado objetivo do plano só seria atingido com recursos volumosos, o que levou o governo a buscar fontes de financiamento, para tal, utilizou-se de elevação da carga tributária (aumentando a arrecadação da união), o déficit orçamentário e a captação de recurso externo.

Tal política de financiamento gerou fortes desequilíbrios financeiros. Houve “o crescimento dos ‘serviços’ de capital estrangeiro a partir de 1957, como consequência dos investimentos e empréstimos externos acumulados desde o início da década” (SERRA, 1998, p. 92-93).

Serra (1998, p. 93) expõe que:

Na verdade, o salto industrial do período realizou-se à margem de um sistema de intermediação financeira e de financiamento governamental mais adequado. O gasto público crescente foi financiado em grande medida na base de déficits também crescentes, mediante créditos do Banco do Brasil. O crescimento do crédito privado baseava-se fundamentalmente na expansão primária dos meios de pagamento, por intermédio do referido déficit e do aumento dos depósitos bancários à vista. (SERRA, 1998, p. 93).

Serra (1998, p. 95) observa que a desaceleração observada no início da década de 1960 pode ser atribuída a questão cíclica do investimento, relacionada com o término do grande pacote de investimentos realizados na economia a partir do ano de 1956. Além disso, o início da década de 1960 foi marcado por uma política fortemente contracionista imposta pelo plano conhecido como Paeg, cujo objetivo, entre outros, era a estabilidade de preços. “Essa política, de corte ortodoxo, orientou-se fundamentalmente para a eliminação do déficit fiscal, o aperto de crédito e a compressão salarial [...]”. (SERRA, 1998, p. 101).

Observando o comportamento do IGP-DI, tabela A4, verifica-se que, de fato, o Paeg afetou o nível de preços, o qual permaneceu mais estável entre 1965 e o início da década subsequente, oscilando em valores próximos a 20% ao ano. Por

outro lado, o Paeg teve como resultado um crescimento econômico mais moderado. Conforme tabela A1, percebe-se que entre 1964 e 1967 o produto cresceu a uma média de 4% ao ano.

Verifica-se ainda, que a variação dos meios de pagamento reflete a postura governamental, conforme exposto até aqui.

TABELA 3.1 - TAXA DE CRESCIMENTO DOS MEIOS DE PAGAMENTO (M1) E DO CRÉDITO NO BRASIL – 1964/73

Período	Variação nominal				Variação real (pelo IGP)			
	M1	Créd. ao Set. Pub.	Créd. ao Set. Priv.	Créd. Total	M1	Créd. ao Set. Pub.	Créd. ao Set. Priv.	Créd. Total
1964	81,6	97,6	80,3	87,5	(-) 5,5	2,9	(-) 6,2	(-) 2,4
1965	79,5	70,0	57,5	63,0	33,7	26,6	17,3	21,4
1966	13,8	19,7	33,6	27,2	(-) 18,2	(-) 14,0	(-) 4,0	(-) 8,5
1967	45,7	16,3	57,3	39,7	16,6	(-) 6,9	25,8	11,7
1964/67	52,5	47,1	56,3	52,7	4,8	1,1	7,4	4,9
1968/73	35,7	(-) 0,2	49,3	39,8	13,9	(-) 16,2	25,4	17,4

FONTE: IBGE, ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DE: HERMANN, J. (2005)

Em 1964 e 1966 se verifica um crescimento negativo dos meios de pagamento (M1) de 5,5% e 18,2%, respectivamente. O crédito total também se retrai nesses anos, em 2,4% e 8,5%, respectivamente. O resultado dessa política contracionista reflete imediatamente no desempenho da economia. Em 1965 o produto se expandiu 2,4%, em 1967 o crescimento foi de 4,2%.

Quando M1 e o crédito total se expandem a performance da economia se torna mais efetiva. Com a expansão do crédito e da moeda em 1965, houve um crescimento de 6,7% do PIB no ano subsequente, 1966. A expansão creditícia e dos meios de pagamento em 1967 resultou em um incremento de 9,8% do PIB em 1968.

Observa-se, portanto, como era de se esperar, a estreita relação entre o lado monetário e “produtivo” de uma economia, onde o crédito tem papel fundamental na elevação da renda global da economia.

O período que antecede o golpe militar se encerra com um grande crescimento da indústria de base nacional. O governo assume o papel de grande investidor da economia nacional, tendo em vista sua importância no processo de

crescimento econômico, contudo, possui grandes problemas em seu balanço de pagamentos e se constata o crescente endividamento externo. Além disso, a inflação passou a ser um fenômeno recorrente e preocupante.

O início dos anos de 1961 marca a saturação do pacote de investimentos iniciado na década anterior, uni-se a isso o início de surtos inflacionários. O investidor privado se viu temeroso frente a esse quadro, reduzindo a eficiência marginal do capital, e, portanto, não expandindo o investimento. O consumo, embora importante para o comportamento do ciclo econômico, não possui, devido sua estabilidade, a capacidade de, no curto prazo, compensar a retração do investimento sustentando a expansão do ciclo.

Diante do exposto até aqui, pode-se considerar que até o ano de 1963, o país passou por um ciclo de expansão do produto. Os anos de 1964 e 1965 marcam um ponto de inflexão, ou depressão, para em seguida ter início um novo processo expansivo. Não por coincidência, essa depressão é concomitante a um momento de transição no cenário político nacional. Ao se analisar a economia, não se pode separá-la do contexto político nacional. As decisões econômicas sofrem influências políticas diretas. Política e economia andam lado a lado, com influência mútua.

3.2 PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964 - 1985)

O período subsequente, que coincidiu com a instalação da ditadura militar, marca o momento em que o país auferiu as mais elevadas taxas de expansão do PIB. Como era de se esperar em momentos de crescimento, as taxas de investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) se elevaram. Na década compreendida entre 1972 e 1982 ultrapassou, ininterruptamente, 20% do PIB. O consumo, por sua vez, permaneceu com valores estáveis, ligeiramente abaixo dos 80% do PIB. O comportamento levemente descendente do consumo no decorrer das décadas pode ser explicado pela evolução da concentração de renda brasileira. O que será debatido na seção 3.5 deste trabalho.

A elevação do nível de investimento, e portanto da eficiência marginal do capital, reside, em grande parte, na atuação do Estado ratificando seu papel de principal motor do crescimento econômico, atuando de forma contundente no

investimento e criando um efeito multiplicador dentro da sociedade, onde suas demandas estimulavam os demais setores da economia nacional.

Furtado (1988, p. 187) expõe que o período do primeiro e segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi marcado pela retomada do processo de substituição de importações, em especial para os ramos de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos. Além disso, tem-se diversas frentes de atuação, como, por exemplo, o plano siderúrgico nacional, programa nacional do álcool, programa nacional do carvão, programa nuclear brasileiro, aumento em 115% das atividades de refino, produção e exploração de petróleo, programas para celulose e papel, metais, fertilizantes, entre outros. “O II PND previa investimentos anuais correspondentes a 38% do PNB” (FURTADO, 1988, p. 187)

Contudentes mudanças na variável consumo não eram, em grande parte, esperadas, tendo em vista seu caráter mais estável, conforme defendido tanto por Keynes como por Kalecki. Frente a essa situação, uma saída para escoar a produção em franco crescimento, além do consumo interno, seria angariar mercados externos. Foi o que de fato ocorreu: “As exportações reagiram fortemente [às políticas de incentivo às exportações], passando a crescer a altas taxas – 13,7% em 1968, 22,8% em 1969 e 18,5% em 1970.” (FURTADO, 1988, p. 177).

Com essa expansão “além fronteiras nacionais” o país estava buscando sanar sua incapacidade interna de consumo final, obtendo “fatias” cada vez mais elevadas dos mercados externos, como observado por Kalecki e exposto no item 2.4 deste trabalho.

A obtenção das elevadas taxas de crescimento do PIB teve um custo. A dívida externa brasileira crescia de forma alarmante, “a conta serviços, tradicionalmente deficitária, teve seus déficits aumentados em mais de 207% entre 1967 e 1973 [...]” (FURTADO, 1988, p. 178).

O período de ascensão do ciclo foi interrompido devido a chamada “crise do petróleo”, de 1973. O aumento do petróleo, unido a uma economia energeticamente dependente desse bem, desencadeou um processo inflacionário. “a taxa de inflação [...] depois de manter-se pouco acima de 15% em 1972 e 1973, chegou a 34,5% em 1974.” (FURTADO, 1988, p. 186).

Como muito bem observado por Furtado (1988, p. 186), a crise do petróleo aumentou o grau de incerteza dos agentes econômicos, aumentando sua preferência pela liquidez e provocando uma retração na propensão de investir.

Como visto no referencial teórico, esse quadro configura um grande entrave para a ascensão do ciclo econômico. Não por acaso há um “ruptura”, ou arrefecimento, no nível de crescimento econômico a partir de 1973.

Furtado (1988, p. 194-195) afirma que entre 1981 e 1983 a indústria e o comércio nacional tiveram um desempenho negativo, e a oferta de mão-de-obra, no mesmo período, contraiu-se, voltando, em 1984, aos níveis anteriores à recessão.

[...] a economia brasileira, a partir de 1982, teve que se reajustar às novas condições, ficando seu crescimento condicionado à capacidade doméstica de gerar poupança e aos financiamentos concedidos pelas entidades internacionais e agências governamentais. A política de ajuste financeiro do Governo no setor interno visou, em suas linhas gerais, a: conter o déficit público, retraindo o crédito; reduzir o salário real. (FURTADO, 1988, p. 195).

Fora verificado anteriormente que expansões de base monetária e crédito estimulam uma melhor performance da produção de um país. Ainda utilizando os dados da tabela 3.1, verifica-se que durante o “milagre brasileiro”, período em que o país atingiu as mais elevadas taxas de crescimento, a expansão da moeda e do crédito foi evidente. M1 se expandiu a taxas reais de 13,9% ao ano, enquanto o crédito sofreu incrementos na ordem de 17,4% ao ano. Pode-se inferir que estas medidas monetárias mais liberais proporcionaram, ou, auxiliaram, na obtenção das taxas de crescimento do produto que foram auferidas no período.

A fase do “milagre” brasileiro foi claramente favorecida pela política monetária [...]. Esse crescimento [do crédito total], vale notar, foi concentrado no crédito ao setor privado (25% no “milagre”, contra 7% antes), já que a manutenção do ajuste fiscal reduziu a absorção de recursos pelo setor público. (HERMANN, 2005, p. 86)

A política de expansão creditícia é benéfica a elevação do produto a medida que tem a habilidade de criar poder de compra aos indivíduos, conforme já havia sido observado por Kalecki. Permite aos empresários a obtenção de recursos para uma nova “rodada de investimentos”, além de estimular o consumo presente.

A década de 1970 é marcada por um desequilíbrio externo muito grave, que foi o aumento vertiginoso da dívida externa. A tabela a seguir ilustra esta questão.

TABELA 3.2 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRUTA E DAS RESERVAS INTERNACIONAIS 1960/80

Ano	Dívida Externa Bruta ⁽¹⁾	Reservas Internacionais ⁽²⁾ (US\$ 10 ⁹)
1960	3,1	0,3
1961	3,1	0,5
1962	3,2	0,3
1963	3,2	0,2
1964	3,1	0,2
1965	3,5	0,5
1966	3,7	0,4
1967	3,4	0,2
1968	3,8	0,3
1969	4,4	0,7
1970	5,3	1,2
1971	6,6	1,7
1972	9,5	4,2
1973	12,6	6,4
1974	17,2	5,3
1975	21,2	4,0
1976	26,0	6,6
1977	32,0	7,3
1978	43,5	11,9
1979	49,9	9,7
1980	53,9	6,9

FONTE: (1) RELATÓRIO DO BANCO DO BRASIL (1961/63); RELATÓRIO DA SUMOC (1961/64); BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (VÁRIOS NÚMEROS); (2) FMI. INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS (VÁRIOS NÚMEROS).

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DE: CRUZ, P. R. D. (1998)

No princípio dos anos 1960 a dívida externa permaneceu muito constante, oscilando entre 3 bilhões e 3,8 bilhões. O rápido crescimento da dívida tem início em 1968. Isso mostra que o período de maior vigor no crescimento do PIB foi também o de maior endividamento.

Em uma primeira análise, poder-se-ia imaginar que frente a um cenário em que o Estado ansiava por efetuar investimentos juntamente com um baixo nível de poupança interna, o endividamento externo seria um ônus necessário e inevitável. Contudo, Cruz (1998, p. 71-73) contesta esse ponto de vista, alegando que o que de fato ocorreu foi uma junção de cenários circunstanciais. O endividamento externo

brasileiro no período estava muito mais relacionado com a relação financeira entre o Brasil e o resto do mundo que com deficiência interna de poupança.

O que houve, isto sim, foi a convergência de uma situação de grande liquidez internacional com a de um ciclo expansivo interno onde a demanda por crédito em moeda doméstica exercida pelo setor privado crescia a taxas elevadas e onde as características institucionais do sistema financeiro interno faziam com que parcela crescente dessa demanda fosse atendida, independente do estado das contas externas, por operações que envolviam a entrada de recursos externos. (CRUZ, 1998, p. 73).

Como consequência, o montante gasto para saldar os juros da dívida crescia de maneira escalonar, assim como a própria dívida. O quadro piorou muito com os dois “choques do petróleo”. O primeiro choque não foi duro com a economia em termos de crescimento econômico, contudo trouxe desequilíbrios à balança comercial.

Nos países industrializados, os efeitos mais imediatos do choque foram o aumento dos juros [...] e a contração da atividade econômica [...] a recessão dos países industrializados dificultava o aumento das receitas de exportação. [...] O resultado desse novo cenário foi o racionamento do crédito para os países altamente endividados [...] e a deflagração da 'crise da dívida' latino-americana. (HERMANN, 2005, p. 97-98)

O segundo choque foi mais severo, gerando, em 1981, crescimento negativo do produto, fato de não ocorria há décadas. Além disso, pela primeira vez na história, o montante tomado como empréstimo não era ao menos suficiente para pagar os juros da dívida acumulada.

[...] o acréscimo da dívida, além de não gerar recursos para o financiamento da conta de mercadorias e serviços produtivos, é insuficiente para fazer frente aos juros líquidos vencidos no período. [...] Dadas tais condições, o fechamento do balanço de pagamentos se fez via queima de reservas internacionais. (CRUZ, 1998, p. 79).

A variação dos meios de pagamento e do crédito ilustra bem esse momento em que se instala a “crise”.

TABELA 3.3 – MEIOS DE PAGAMENTO (M1) E CRÉDITO NO BRASIL – 1974-1984

Ano	Variação % Real (pelo IGP)			
	Crédito dos Bancos Comerciais			
	M1	Ao setor público	Ao setor privado.	Total
1974-78	81,6	97,6	80,3	87,5
1979-80	45,7	16,3	57,3	39,7
1981-83	52,5	47,1	56,3	52,7
1984	35,7	(-) 0,2	49,3	39,8

FONTE: IBGE, ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DE: HERMANN, J. (2005)

A partir do ano de 1979 o crédito total dos bancos comerciais cai de forma sistêmica, e adentram a década de 1980 em queda. O mesmo comportamento se verifica na criação de meios de pagamento. Uma economia com restrição de moeda e crédito, com austeridade monetária, inibe o consumo e o investimento privado a medida que retira do indivíduo o poder de consumir, ou investir, além de suas posses reais, em outras palavras, de maneira kaleckeliana, inibe a criação de poder de compra da sociedade.

Cruz (1998, p. 79-80) observa que o endividamento externo, outrora visto como uma boa alternativa para o crescimento econômico e desenvolvimento do país, passou a ser fonte de instabilidade e vulnerabilidade internacional.

[...] os períodos em que se agravam os déficits na conta de mercadorias e serviços produtivos são exatamente aqueles nos quais sobrevivem situações de 'liquidez restrita' e de agravamento dos déficits puramente financeiros. [...] os desequilíbrios do setor externo assumem um caráter predominantemente financeiro, como resultado do impacto desequilibrador que o endividamento externo exerce sobre o balanço de pagamentos. Manifesta-se, portanto, no período de 1979/80, um aparente paradoxo: o endividamento externo, justificado como um elemento de [...] potenciador do crescimento econômico, revela-se o seu contrário, ou seja, um elemento fortemente agudizador das dificuldades externas [...] (CRUZ, 1998, p. 79-80).

Os choques do petróleo trouxeram tensão entre os emprestadores e tomadores. Conforme exposto no referencial teórico, Minsky acreditava que eram exatamente essas tensões a fonte que engendra instabilidade econômica e crises. De fato, os anos de 1980 são marcados por forte instabilidade econômica no cenário nacional.

Se fora possível considerar o período de 1945 a 1963 como sendo um ciclo, pode-se também, dado a análise até então realizada, considerar que outro ciclo foi registrado no período de 1964 à 1980. Tal ciclo, obviamente, não é linear, apresentando nuances na sua configuração, devido a fenômenos econômicos, como, por exemplo, as crises do petróleo. Monetariamente falando, pode ser caracterizado pela expansão do crédito e do poder de compra, alto nível de endividamento externo e taxas inflacionárias mais elevadas que o período anterior e sem tendência de arrefecimento.

Este ciclo, de 1964 a 1980, foi sustentado primordialmente, pela atuação contundente do Estado, o qual possibilitou mediante políticas de expansão monetária e investimentos (principalmente via estatais) o aumento da eficiência marginal do capital. Internacionalmente, diversos países aparentemente tiveram seu ciclo de expansão interrompido em meados da década de 1970, logo após o primeiro choque do petróleo. Para o Brasil o primeiro choque trouxe instabilidade e incerteza, porém não fora suficientemente severo a ponto de interromper o ciclo de crescimento, mas apenas arrefecê-lo (em parte sustentado pela própria atuação do Estado). Conforme exposto anteriormente, o segundo choque, em 1979, foi mais duro com a economia nacional, interrompendo o ciclo de expansão³.

O período seguinte tem início em um cenário de incerteza. A economia nacional não apresenta a mesma pujança de outrora, e os desequilíbrios monetários passam a ser latentes. Concomitantemente, o cenário político também é instável, com o fim do regime militar e a assunção da redemocratização.

3.3 PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1986 - 1994)

A década de 1980 é amplamente conhecida pela literatura como a “década perdida”. Tal alcunha é derivada de um cenário de baixo crescimento econômico, elevada inflação, políticas fiscais e monetárias restritivas, além de inúmeras tentativas infrutíferas de planos econômicos.

³ O fim do ciclo de expansão foi sacramente pelo início da crise internacional do terceiro mundo, que eclodiu logo após da segunda crise do petróleo (moratória mexicana de 1982). Países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil, passaram a ser vistos com grande desconfiança pelas instituições internacionais, temerosos pelo efeito contágio.

O início do período é caracterizado por uma forte instabilidade. Acompanhando as taxas positivas de crescimento do produto do início do período, a Formação Bruta de Capital Fixo possui valores elevados, em torno de 20% do PIB, chegando ao pico de 26,86% do PIB no ano de 1989. Há sensível queda no nível de investimento da economia a partir do ano de 1995, onde a FBCF passa a representar cerca de 15% a 16% do PIB, não atingindo, até o final do período analisado, os percentuais outrora alcançados, quais sejam, superiores à 20% do PIB.

O consumo, por sua vez, teve um comportamento muito semelhante ao observado no período anterior.

Em 1989 o produto sofreu uma expansão de 3,16% seguido por uma depressão de 4,35%. A FBCF acompanhou a tendência: estava à 26,8% do PIB em 1989, sendo que no ano seguinte, 1990, recuou para 20,6% do PIB. O consumo, ao contrário, comportou-se de forma inversa. Em 1989 estava em 69,66% do PIB (o menor valor durante o período analisado). No ano seguinte, esse percentual se expandiu para 78,59% do PIB⁴.

No início do período, durante a expansão do produto, “houve um maior aproveitamento da capacidade ociosa das instalações fabris e da mão-de-obra[...]” (FURTADO, 1988, p. 198-199). No final da década de 1980 há uma situação de depressão econômica. Consonante com o exposto no referencial teórico e como observado por Furtado (1988, p. 202), verifica-se o aumento dos custos de produção e o pessimismo do investidor quanto ao cenário econômico futuro.

O aumento dos custos reais de produção, determinado principalmente pela elevação real dos salários, desestimulou os produtores a repor os estoques esgotados. Os investidores, na realidade, passaram a duvidar da sustentação do mercado interno e retraíram-se. (FURTADO, 1988, p. 202).

Com a redemocratização temos uma mudança de postura do Estado e sua intervenção na economia. A preocupação primordial passa a não ser somente o crescimento econômico, mas sim o controle da inflação, que há muito preocupava a sociedade e as autoridades nacionais.

⁴ Vide tabelas estatísticas no anexo deste trabalho.

Diversos planos foram lançados: “Embora frustrantes do ponto de vista do combate a inflação, esses planos colaboraram para que se verificassem momentos de rápido crescimento.” (CASTRO, 2005, p. 116).

A sucessão de planos associados à falta de consenso no campo teórico criou um cenário de grande instabilidade econômica e social. O país se tornou um grande laboratório para as diversas experiências econômicas para possíveis curas e soluções do problema inflacionário.

“[...] embora houvesse certa unanimidade quanto a necessidade de promover a desindexação da economia brasileira, o modo de fazê-lo estava longe de ser consensual. [...] após o anúncio de sucessivos pacotes, a inflação baixava, mas após um breve período, começava novamente a se acelerar. A cada plano a inflação caía cada vez menos e se acelerava com maior intensidade.”. (CASTRO, 2005, p. 119, 136).

Não cabe aqui discutir os condicionantes e as falhas de cada plano. O que de fato interessa é que um cenário de grande incerteza e instabilidade marcou o período, uniram-se a isso altas taxas de inflação e sucessivos planos econômicos que não obtiveram sucesso.

A “década perdida” na realidade foi uma consequência das características herdadas do período anterior, principalmente no que tange a contração da dívida. Esta, e suas características, reflete exatamente a relação entre tomadores e emprestadores, como visto em Minsky, na seção 2.5. Este relacionamento entre empréstador e tomador pode ser fonte de instabilidade e, além disso, essa relação norteou os rumos da economia nacional nos anos de 1980.

Pode-se tomar a “década perdida” como um novo ciclo (o de pior performance da economia brasileira), neste caso, englobando o período de 1980 à 1994. O ciclo é quebrado devido ao sucesso do “Plano Real” que “beneficiou-se do aprendizado resultante dos sucessivos fracassos do combate a inflação [...]” (CASTRO, 2005, p. 136).

Minsky atribuía o descontrole inflacionário à um excesso de intervenção estatal, incompatível com a capacidade de do país de se adaptar a nova realidade econômica emergente. Este ponto de vista é compartilhado por Serra (1998, p. 80) para quem a inflação brasileira pode ser vista como “[...] um reflexo da rapidez e intensidade das transformações da economia [...]”.

Assim sendo, faz-se necessário entender mais a fundo como se deu o endividamento externo nacional, cujas consequências influenciaram, e mesmo determinaram, a performance da economia nacional nos anos 1980.

3.3.1 Origens e consequências do endividamento externo brasileiro

Durante o transcorrer da década de 1970 (em que o Brasil presenciou as mais elevadas taxas de crescimento do PIB e do endividamento externo), houve uma mudança na composição da dívida externa nacional.

TABELA 3.4 - ESTRUTURA DOS INGRESSOS BRUTOS ANUAIS SEGUNDO A PROPRIEDADE DO CAPITAL DO TOMADOR 1972/80

<i>Discriminação</i>		<i>Público</i>	<i>Privado</i>	<i>Total</i>
1972	US\$ 10 ⁶	623,1	1874,4	2497,5
	%	24,9	75,1	100,0
1973	US\$ 10 ⁶	1130,9	1718,3	2849,2
	%	39,7	60,3	100,0
1974	US\$ 10 ⁶	1098,0	2011,5	3109,5
	%	35,3	64,7	100,0
1975	US\$ 10 ⁶	1900,0	1872,1	3773,0
	%	50,4	49,6	100,0
1976	US\$ 10 ⁶	1953,3	1872,7	3826,0
	%	51,1	48,9	100,0
1977	US\$ 10 ⁶	2500,5	2356,9	4857,4
	%	51,5	48,5	100,0
1978	US\$ 10 ⁶	5317,4	3511,5	8828,9
	%	60,2	39,8	100,0
1979	US\$ 10 ⁶	6642,9	2007,4	8650,3
	%	76,8	23,2	100,0
1980	US\$ 10 ⁶	3687,0	1124,1	4811,1
	%	76,6	23,4	100,0

FONTE: REGISTROS EFETUADOS JUNTO À FISCALIZAÇÃO E REGISTRO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS – FIRCE, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DE: CRUZ, P. R. D. (1998)

Tanto a tabela 3.4 quanto a 3.5 mostram o fenômeno da “estatização da dívida” ocorrido durante a década de 1970. No início do período, a dívida era fundamentalmente privada, em 1972 cerca de 75% do endividamento era privado. A partir de 1975 esse cenário se inverte, e a dívida passa a ser eminentemente pública. Em 1980 em torno de 76% do endividamento externo era público. Assim sendo, pode-se dizer que houve uma “estatização da dívida”, visto que a iniciativa privada diminuiu seus empréstimos estrangeiros, enquanto o governo, na contra mão, aumentou.

TABELA 3.5 - COMPARAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO DAS CAPTAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Discriminação	Captações médias anuais US\$ 10 ⁶			Crescimento (%)	
	Período 1972/76 (A)	Período 1972/76 (A)	Período 1972/76 (A)	B/A	C/B
Setor privado	1869,8	2934,2	1565,8	56,9	(46,6)
Setor público	1341,2	3909,0	5165,0	195,1	32,1
Total	3211,0	6843,2	6730,8	131,2	(1,6)

FONTE: REGISTROS EFETUADOS JUNTO À FISCALIZAÇÃO E REGISTRO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS – FIRCE, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DE: CRUZ, P. R. D. (1998)

Fora visto anteriormente que o milagre brasileiro se deu por meio de elevadas somas de empréstimos internacionais, que conjuntamente eram abundantes devido a um cenário de elevada liquidez internacional. Nesse mesmo período, as captações privadas são elevadas. Contudo, quando há uma mudança no cenário, a iniciativa privada responde prontamente. Choques adversos internacionais, como os desequilíbrios globais provocados pela crise do petróleo e a elevação da taxa de juros no mercado internacional, reprimiram o endividamento privado. Ou seja, geram uma queda na disposição dos agentes privados em contrair dívidas.

O Estado, frente a essa situação, assume as rédeas da economia, e seu papel como motor do crescimento nacional, e passa a compensar a queda do endividamento privado por meio do crescimento da dívida pública.

No biênio seguinte [1978/1980], quando as contas externas brasileiras sofrem o impacto explosivo da elevação dos juros no mercado internacional e quando a necessidade de captação de recursos externos amplia-se consideravelmente, o volume médio anual captado por todos os segmentos do setor privado cai de modo significativo, acentuando, ainda mais, o fenômeno da “estatização”. (CRUZ, 1998, p. 100)

Cruz (1998, p. 98) chama a atenção para a atuação do Estado como regulador da entrada de recursos externos no país em momentos em que há contração da disposição da iniciativa privada de fazê-lo.

[...] enquanto o ritmo de crescimento do produto mantém-se acelerado, a demanda por crédito exercida pelo setor privado é capaz de garantir um ingresso significativo de recursos externos. Num segundo momento, quando a taxa de crescimento do produto experimenta uma trajetória de desaceleração numa conjuntura onde, contraditoriamente, ampliam-se as necessidades de recursos externos, as captações privadas não crescem, o que determina uma participação cada vez maior do setor público como única forma de assegurar ingressos massivos de recursos externos [...]. (CRUZ, 1998, p. 98).

Esse quadro de estatização da crescente dívida internacional torna-se mais “tenso” e acentuado no final da década de 1970, quando passa a vigorar uma sucessão de eventos que tiveram como principal impacto o aumento do “grau de incerteza” dos credores em relação aos empréstimos concedidos ao país. (Cruz, 1998, p. 101).

Pode-se fazer, neste ponto, uma conexão com Minsky, para quem essas tensões entre tomadores e emprestadores tinham grande potencial desestabilizante da economia. A união de todos os eventos até aqui expostos culminou, de fato, em grande instabilidade econômica. A década de 1980 herdou, portanto, as consequências das atitudes e medidas tomadas na década anterior. Os anos de 1980 e início dos anos 1990 foram marcados pelas inúmeras tentativas de estabilização da economia, o que se tornava complicado à medida que o endividamento externo, outrora contraído, gerava uma carga de pagamento de juros e rolagem da dívida muito elevados.

[...] o aumento do superávit primário e a redução do déficit operacional nos primeiros anos da década de 1980 não foram acompanhados pela redução do déficit nominal (e, portanto, da dívida do setor público), porque os encargos financeiros da dívida subiam, devido à correção monetária e cambial. [...] uma solução para o impasse externo e para o crescimento inercial da dívida pública só foi alcançado quando uma renegociação da

dívida externa [...] foi, finalmente, obtida em 1994, permitindo a estabilização do câmbio e dos preços no Brasil. (HERMANN, 2005, p. 114).

A instabilidade característica da década de 1980 também refletiu em instabilidade no lucro auferido pelos empresários. Kalecki já chamava a atenção para o caráter anticíclico do *mark-up*. Na seção seguinte será analisado o comportamento dessa margem de lucro dos durante a “década perdida”.

3.3.2 O comportamento do *mark-up*

Analisando o *mark-up* das 1000 maiores empresas atuantes no mercado nacional, entre 1977 a 1990, período no qual o país enfrentou uma acentuada instabilidade macroeconômica., observa-se a seguinte situação⁵:

Durante 1977 e 1980 o PIB sofreu sucessivas expansões e o *mark-up*, no mesmo período, teve tendência de queda, passando de 51,23% em 1977, para 36,83% em 1980. Essa queda recorrente do *mark-up* foi quebrada nos anos de 1983, 1984 e 1985, quando foram registradas elevações. Em 1983 houve queda do PIB, enquanto nos dois anos seguintes, 1984 e 1985, houve elevações. Pode-se inferir que mesmo com a elevação do Produto Interno Bruto ocorreu a elevação do *mark-up* devido a defasagem temporal do fenômeno, tendo em vista que os anos antecessores, foram registradas taxas negativas de crescimento do produto (1981 e 1983) e situação de estabilidade (1982).

O *mark-up* mais elevado, 81,89% foi registrado no ano de 1988, no qual a variação do produto foi negativa em 0,06%. A fixação de *mark-ups* elevados contribuiu para o aumento da concentração de renda no país. Conforme será visto no item 3.5 deste trabalho, o ano de 1989 registrou o valor mais elevado para o coeficiente de Gini, atingindo a marca de 0,63557.

É possível, portanto, observar o caráter anticíclico do *mark-up*, além da possível existência de defasagem temporal. Tem-se que levar em consideração o momento circunstancial (de elevadíssimas taxas de inflação), o que afeta a fixação do *mark-up*, e que, ironicamente, por ele é afetado. Na tentativa de resguardar os

⁵ Dados disponíveis no anexo deste trabalho, tabela A6.

seus ganhos, os capitalistas elevam seu *mark-up*, contudo, essa atitude tem um viés inflacionário, que provoca uma retroalimentação do processo inflacionário brasileiro. (AVANZO, 2007, p. 26)⁶.

O quadro instalado na economia nacional na década de 1980 era de grande instabilidade e sucessivas e frustradas tentativas de criação de planos de estabilização. O sucesso foi somente obtido com o advento do plano real, já em meados da década seguinte, conforme será visto a seguir.

3.4 A ERA REAL (1995 - 2008)

Após inúmeros e infrutíferos planos econômicos, o então plano real teve sucesso no controle inflacionário. “O Plano Real [...] beneficiou-se do aprendizado resultante dos sucessivos fracassos do combate a inflação [...]” (CASTRO, 2005, p. 136). Tal plano teve grande influência no comportamento econômico do país desde então, norteando os rumos da política econômica.

A partir de 1995 há uma certa estabilização das variações do consumo e do investimento. Em consonância a isso, a variação do PIB também se estabilizou. O consumo situou-se em cerca de 80% do PIB, enquanto a FBCF estabilizou-se em cerca 16% do PIB. Dado essa mudança, pode-se considerar que a chegada e implementação do plano real marca o início de um novo ciclo.

O grande mérito do plano, além do controle inflacionário, foi o de trazer a economia uma estabilidade que há muito não se verificava. Com o sucesso do plano, o país pôde dar início a um “novo ciclo de expansão do produto”. O consumo voltou a crescer, passando a representar mais de 80% do PIB, fato que desde 1975 não ocorria. Conforme observado por Castro (2005, p. 158) o crédito se expandiu, o que maximiza o potencial do consumo e investimento da sociedade (ao permitir a “criação de poder de compra”). As importações cresceram, com o intuito de renovação do parque industrial.

⁶ Para explicação sobre a relação entre *mark-up* e hiperinflação brasileira, vide AVANZO, L. em “A influência dos agentes econômicos oligopolistas na manutenção da hiperinflação brasileira nos anos 1980”.

Outros fatores que contribuíram certamente para o crescimento do PIB no biênio [1993 e 1994] foram a existência de uma demanda reprimida, um certo afrouxamento da política monetária em 1993 e oportunidade de renovar o parque industrial (bens de capital), devida às novas oportunidades de financiamento provocadas pela própria estabilização [...] as importações cresceram, em 1994, para um patamar 60% superior ao vigente em 1990. (CASTRO, 2005, p. 158 – 160).

Em suma, o sucesso do plano permitiu que a sociedade como um todo pudesse se reorganizar e reestruturar, abrindo caminho para um crescimento mais constante e consistente, que foi o que de fato se verificou.

O crescimento do produto vem ocorrendo de forma recorrente e de maneira muito constante, com amplitudes menores. O consumo, igualmente, permanece em patamares elevados (acima de 80% do PIB) e constantes. A FBCF acompanha a dinâmica, registra desde o início do plano real valores constantes, em torno que 16% do PIB.

O grande problema reside no fato de que, embora constantes, as taxas de crescimento do produto estão muito aquém do ansiado pela sociedade e pelas taxas outrora obtidas pelo país. A explicação para esses resultados mais tímidos possivelmente se encontra no nível de investimento do país. A FBCF, embora constatare, estabilizou-se em um patamar muito baixo, semelhante ao registrado na década de 1950 e 1960. E muito abaixo dos valores obtidos na década de 1970, quando o “gasto” com investimento representou anualmente mais de 20% do PIB. Sendo o investimento o motor do crescimento econômico, valores da FBCF como os registrados na economia nacional desde a implementação do plano real, provocam, conseqüentemente, um crescimento muito reduzido.

O advento do plano real trouxe como principal benefício macroeconômico a estabilização, principalmente de preços, da economia nacional.

Na tabela abaixo é apresentada a síntese macroeconômica do período

TABELA 3.6 – SÍNTESE MACROECONÔMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA 1995-2007

(1) Crescimento do PIB (% a.a)	2,9
(2) Inflação (IGP-DI, % a.a)	10,2
(3) Taxa de Investimento, FBCF (% PIB)	16,67

FONTE: (1) E (3) IBGE. (2) FGV

NOTA: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE NOS DADOS DO ANEXO ESTATÍSTICO.

Giambiagi (2005, 169) atribui o sucesso do plano real a ortodoxia monetária adotada pelo governo, que contava com elevadas taxas de juros, unida a ampliação da liquidez internacional.

No início do período, a política de âncora cambial, que perdurou até início de 1999, engendrou um forte desequilíbrio externo, no sentido de que havia crescente evolução das importações e um pífio desempenho das exportações.

O sucesso do plano real foi posto a prova com a desvalorização cambial de 1999. Felizmente o resultado não foi uma escalada da inflação. A estabilidade de preços vivida até então possibilitou a mudança da “mentalidade indexatória dos agentes econômicos” (GIAMBIAGI, 2005, p. 179). Dessa forma, evitou-se nova escalada de preços.

É de grande relevância observar o papel fundamental que a adoção do regime de metas de inflação teve, e ainda tem, sobre o desempenho da economia nacional.

Ao se adotar o sistema de metas de inflação como modelo monetário, o Estado estava mostrando que seu principal objetivo como regulador macroeconômico da economia seria a estabilidade de preços, em detrimento de outras variáveis igualmente importantes como, por exemplo, o crescimento da renda, a qual é diretamente afetada pela austeridade monetária.

O Brasil passou por uma sensível mudança monetária durante a era real. Nesse sentido, a intervenção do Estado foi necessária e crucial, facilitando, por exemplo, a entrada de bancos estrangeiros no mercado nacional, melhoria do acompanhamento e monitoramento do nível de risco do sistema por parte do Banco Central e a instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (GIAMBIAGI, 2005, p. 183).

Em suma, a mudança de mentalidade monetária dos agentes econômicos e a alteração da postura do Estado frente às questões monetárias foram as principais características da era real. Contudo, é importante observar que essa mudança na postura estatal, embora benéfica no campo monetário, não repercutiu de maneira totalmente positiva no crescimento da renda no país. A elevação do produto ocorre de maneira mais constante, porém a taxas muito aquém das que foram outrora obtidas e do ansiado pela sociedade. Para controlar os preços da economia, o Estado diminuiu sua participação produtiva na economia (criação de empresas

estatais, planos suntuosos de investimento, entre outros), o que gera, por um lado, estabilidade de preços, e por outro, crescimento reduzido da renda global.

A mudança de postura econômica e social que teve início com o advento do plano real marca o fim de um ciclo (de 1980 à 1994) e o início de um “novo ciclo”, o qual perdura até os dias de hoje e tem como principal característica a grande estabilidade e constância, em oposição ao período anterior.

Durante todo o processo de desenvolvimento da economia nacional não houve preocupação com a implementação de políticas de melhoria da distribuição de renda. Keynes, ao apresentar a “lei psicológica fundamental” dava indícios de que a concentração de renda de uma sociedade influenciaria o seu nível de consumo. Kalecki, por sua vez, indicou que os “fatores de distribuição da renda” influenciam a renda dos trabalhadores, e, como consequência, seus gastos com consumo. A seção seguinte versará sobre a relação existente entre o comportamento do consumo brasileiro e seu nível de concentração de renda.

3.5 O COMPORTAMENTO DO CONSUMO E A CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Um ponto interessante ao se observar a tabela A2, “Variação do consumo final brasileiro”, reside na constatação de que o consumo teve historicamente, ainda que de maneira suave, uma tendência de queda (consideração sua participação percentual no PIB). Sendo que para o mesmo período a renda geral da economia foi ascendente. Essa característica da variável consumo pode ser explicada pela configuração e evolução da concentração de renda nacional.

Keynes já havia alertado para o fato de que cada indivíduo aloca sua renda em consumo ou poupança. Kalecki também alertou sobre a influência da distribuição da renda sobre a renda dos trabalhadores. É verdade também que cada indivíduo altera suas propensões conforme a evolução de sua renda. Pessoas com renda mais baixa tendem a gastar maior parcela em consumo final, enquanto as de renda mais elevada possuem sua propensão a poupar mais elevada. Tomando isso como sendo verdadeiro, é de se esperar que o consumo percentualmente declinante registrado no país foi acompanhado da elevação da concentração de renda.

Para mensurar o nível de concentração de renda, será utilizado o Coeficiente de Gini. O IPEA possui dados a partir de 1976 (vide anexo estatístico, tabela A5, “Concentração de Renda – Índice de Gini”). Por meio deles, ratifica-se que, de fato, o aumento da renda nacional foi acompanhado pela elevação da concentração de renda, o que, por sua vez, não estimulou o crescimento da variável consumo na mesma proporção dos acréscimos de renda.

Observa-se até aqui que o período do regime militar, em especial décadas de 1960 e 1970, logrou as mais elevadas taxas de crescimento do produto. No mesmo período, o coeficiente de Gini chegou a registrar o valor de 0,6246 em 1977. O índice sofreu um pequeno arrefecimento no início da década de 1980, mas voltou a crescer, chegando a atingir o valor de 0,6355 em 1989. A concentração de renda se mostra como uma variável pouco flexível. Apenas a partir de 1998 que há, claramente, uma tendência de queda constante, chegando a 0,5627 em 2006, o menor valor dentro do período em que há disponibilidade de dados.

Serra (1998, p. 76) apresenta uma tabela ainda mais ilustrativa.

TABELA 3.7 – DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

<i>Percentis</i>	1960	1970	1980
20 -	3,9	3,4	2,8
50 -	17,4	14,9	12,6
10 +	39,6	46,7	50,9
5 +	28,3	34,1	37,9
1 +	11,9	14,7	16,9

FONTE: IBGE

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DE: SERRA, J. (1998). CONSIDERANDO A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

Observa-se claramente que a renda no Brasil se tornou cada vez mais concentrada. Em 1960, por exemplo, os 20% mais pobres detinham 3,9% da riqueza vinte anos depois, os mesmo 20% detinham somente 2,8% da riqueza. No outro extremo, tem-se que em 1960 1% da população mais rica detinha 11,9% da riqueza, após 20 anos, a mesma parcela da população passou a deter 16,9% da riqueza. Torna-se claro que a renda do país concentrou-se de forma alarmante. Além de frear

o crescimento do consumo, reproduziu a pobreza absoluta. Tornou os ricos mais ricos, e os pobres mais pobres.

A presente seção nos mostrou que a renda no país é altamente concentrada, embora tenha ocorrido melhora nos últimos anos. Os números alarmantes não são resultados de políticas de distribuição de renda de curto prazo inadequadas, mas representam um modelo de desenvolvimento adotado durante décadas que priorizou o crescimento global de uma economia, em detrimento de uma distribuição mais equânime.

Neste capítulo empírico, foi possível verificar as diversas situações enfrentadas pelo país durante o período que tem início no pós-guerra.

O período do populismo foi marcado, em termos produtivos, por dois planos econômicos de grande relevância: O plano Salte e o plano de Metas. Ambos proporcionaram taxas elevadas de crescimento da renda. O Estado passou a dedicar grandes somas monetárias a atividades voltadas ao investimento, proporcionando elevação da renda global da economia. Os índices de inflação apresentam elevações e valores preocupantes em determinados momentos.

Durante o regime militar o país auferiu os mais elevados níveis de investimento e expansão da renda, sustentados, primordialmente, pela participação ativa do Estado. O financiamento externo foi um importante pilar para concretizar essa atuação. A expansão do crédito também beneficiou a performance econômica do país. As crises do petróleo foram responsáveis, em grande parte, pelo arrefecimento da expansão do produto. Ao final do período as taxas de inflação se mostram elevadas e sem tendência de arrefecimento.

O período da redemocratização foi marcado por grande instabilidade econômica, oriunda de desequilíbrio monetários e financeiros engendrados nos anos 1970. O descontrole inflacionário foi a grande característica do período, assim como os inúmeros e infrutíferos planos de estabilização. Tal situação só foi resolvida com o advento do Plano Real.

A implementação do Real marcou o início de uma fase que tem como principal característica a grande estabilidade, tanto no campo produtivo como monetário. Tem-se um cenário de estabilização de preços unido a taxas de crescimento da renda constantes, porém reduzidas.

4 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi de analisar os ciclos econômicos da economia brasileira no pós-guerra, bem como o comportamento das principais variáveis que determinaram o comportamento da economia nacional. Além disso, buscou dar especial ênfase ao papel e atuação do Estado como sendo o grande coordenador macroeconômico e principal investidor e força motriz do crescimento econômico.

O desenvolvimento da economia nacional no pós-guerra foi marcado, em praticamente sua totalidade, por um contundente intervencionismo estatal, tanto no setor produtivo como no monetário.

Uma das características marcantes do desenvolvimento do capitalismo no Brasil diz respeito ao significativo papel do Estado como fator de impulso à industrialização. Esse papel foi exercido não apenas através de duas funções fiscais e monetárias e de controle do mercado de trabalho ou de sua função de provedor dos chamados bens públicos, mas também e sobretudo pela: (i) definição, articulação e sustentação financeira dos grandes blocos de investimento que determinaram as principais modificações estruturais da economia pós-guerra [...]. (SERRA, 1998, p. 81).

Sem tal atuação, dificilmente o país alcançaria, regido pela dinâmica do *laissez faire*, taxas de crescimento tão expressivas como foram obtidas, por exemplo, nos anos de 1970. Por outro lado, a falta de políticas adequadas e com visão estratégica ou mesmo o excesso de intervenção, engendraram problemas, como o descontrole inflacionário da década de 1980 e a enorme concentração de renda que fora alimentada durante todo o período analisado.

O que de fato não se pode negar é que a intervenção Estatal, para o caso brasileiro, foi absolutamente necessária. O Estado assumiu o papel de principal investidor da economia, em um momento em que tínhamos uma indústria nacional nascente, sendo a iniciativa privada, portanto, incapaz de criar e sustentar, por si só, taxas expressivas de crescimento econômico. Além disso, o Estado garante, mediante sua atuação ativa, uma maior estabilidade à economia em momentos de crise, em oposição ao setor privado, que busca se resguardar engendrando instabilidade econômica, como fora registrado, por exemplo, com as crises do petróleo e a posterior elevação das taxas de juros no mercado internacional.

Ao longo de sua trajetória o país se viu em diversas realidades circunstâncias. Seja de elevado crescimento econômico, ou então de retração do produto. Momentos de elevados níveis de consumo e investimentos, outros de arrefecimento dessas variáveis. Mas alguns fatos são marcantes e possuem as mesmas características, independente do momento. Instabilidade políticas, como a vivida na década de 1960 ou mesmo a crise do petróleo que teve seu viés político, repercutem diretamente no desempenho da economia. A expansão do crédito como forma de criar poder de compra aos indivíduos é essencial para o crescimento econômico. Os empréstimos internacionais também são necessários para alavancar o crescimento e mantê-lo sustentável, tais transações são até mesmo saudáveis, desde que efetuados de maneira responsável, caso contrário serão fontes de grande instabilidade. A inflação é o grande problema para a saúde econômica de um país. Ela age como uma fonte desestabilizadora da economia como um todo, tanto setor privado como o público. Age como uma cortina de fumaça, distorcendo e impedindo que problemas e possíveis soluções sejam vistas com clareza.

A parte produtiva e financeira caminham lado a lado em uma economia. No Brasil não fora diferente. Durante o desenvolvimento do trabalho, foi possível identificar quatro ciclos econômicos: o primeiro, de 1945 a 1963; o segundo, de 1964 a 1980; o terceiro, de 1981 a 1994; e, por fim, o quarto, de 1995 até os dias atuais.

O primeiro ciclo, de 1945 a 1963, tem como grande responsável pelas expressivas taxas de crescimento o chamado “Plano de Metas”. No final do ciclo as taxas de inflação começam a preocupar. O arrefecimento do crescimento econômico é concomitante com a saturação do pacote de crescimento imposto pelo plano de metas e pela instabilidade no campo político, que veio a culminar com o golpe militar.

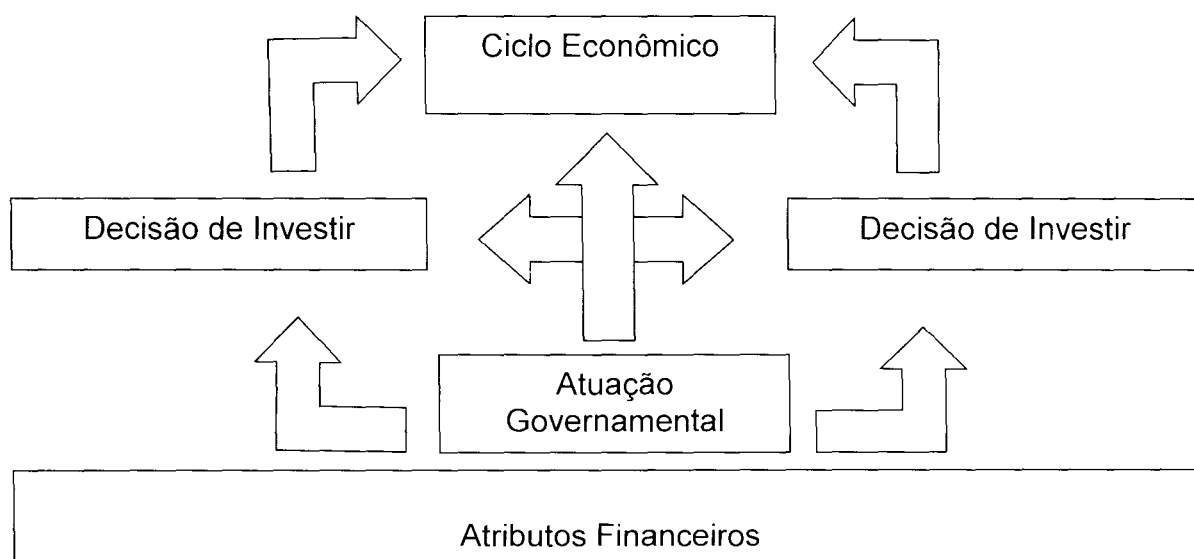
O segundo ciclo, de 1964 a 1980, representa o mais importante momento da economia brasileira. Neste período, o país obteve as mais elevadas taxas de crescimento, sempre sustentado pela iniciativa do Estado, representada aqui pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que há um suntuoso crescimento econômico, há fortes desequilíbrios monetários. O nível de endividamento se eleva a níveis preocupantes. A inflação passa a apresentar indícios de descontrole.

O terceiro ciclo, de 1981 a 1994, marca o período de pior desempenho econômico do país. Esse ciclo herdou, em grande parte, as conseqüências das

decisões e políticas até então praticadas no país. Taxas negativas de crescimento são registradas. Quando se observa elevação do PIB, esta é ínfima, quase simbólica. O descontrole inflacionário é latente. O país enfrentou enorme dificuldade em estabilizá-la, como se verifica nos nada menos de cinco planos infrutíferos de estabilização. Apenas com o advento do plano real é que a inflação, de fato, é controlada.

O quarto e último ciclo, por fim, a partir de 1995, é caracterizado por uma estabilidade de preços muito grande, em oposição ao período anterior, como resultado do bem sucedido plano real. As taxas de crescimento registradas são, em sua totalidade, positivas, contudo, seus valores não são tão expressivos quanto aos que foram outrora obtidos. Esse desempenho, de certa forma insatisfatório, é resultado de uma política de “metas de inflação”, unida a políticas de austeridade fiscal, que prima pelo controle de preços em detrimento de taxas de crescimento mais expressivas.

De maneira geral, observou-se que as variáveis principais na formação dos ciclos econômicos são investimento e consumo. O governo atua afetando diretamente o ciclo ou então influenciando as variáveis supracitadas. Toda intervenção estatal, assim como a atuação dos agentes “consumidor” e “investidor”, tem como base os atributos financeiros, como o crédito e os empréstimos internacionais. O organograma abaixo representa essas relações.



ORGANOGRAMA 4.1: RELAÇÃO DE EFEITO ENTRE OS AGENTES E O CICLO
 FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O ciclo econômico em uma economia capitalista é um fenômeno natural e que reflete as tomadas de decisões e expectativas do país como um todo, setores público e privado. Uma vez sendo um processo que envolve incerteza e expectativas, o padrão cíclico, e de certa forma “instável”, de uma economia capitalista é inevitável. A participação do Estado, nesse sentido, é fundamental para proporcionar aos ciclos a maior estabilidade possível, uma vez que seus interesses não visam meramente o imediatismo econômico e o lucro, ao contrário do que ocorre na iniciativa privada. Como muito bem dito por Keynes, e citado na epígrafe desse trabalho: “[...] não se pode com segurança abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o volume corrente de investimento.”. (KEYNES, 1996, p.298)

REFERÊNCIAS

AVANZO, L. *A influência dos agentes econômicos oligopolistas na manutenção da hiperinflação brasileira nos anos 1980*. 72 f. Monografia (Graduação em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CASTRO, L. B. de. Esperança frustração e aprendizado: a história da nova república. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. 10. reimp. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 116-140.

CASTRO, L. B. de. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. 10. reimp. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 141-165.

CRUZ, P. R. D. Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. In: BELLUZZO, L. G. de M.; COUTINHO, R. (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4 ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. v. 2, p. 67-116.

DILLARD, D. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Pioneira, 1964.

FURTADO, M. B. *Síntese da economia brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988

GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. 10. reimp. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 166-195.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. 10. reimp. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

HERMANN, J. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. 10. reimp. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 69-92.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. 10. reimp. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p. 93-115.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipeadata). Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 03/05/2009.

KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os economistas).

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Os economistas).

MINSKY, H. P. *Can "it" happen again? – essays on instability and finance*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1982.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira no pós-guerra. In: BELLUZZO, L. G. de M.; COUTINHO, R. (Orgs). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4 ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. v. 1. p. 69-138.

SILVA, A. C. M. e. *Macroeconomia sem equilíbrio*. Petrópolis: Vozes; Campinas: FECAMP, 1999.

ANEXO

TABELA A1 – VARIAÇÃO DO PIB BRASILEIRO

<i>Período</i>	<i>PIB – Δ real anual</i>	<i>Período</i>	<i>PIB – Δ real anual</i>	<i>Período</i>	<i>PIB – Δ real anual</i>
1945	3,2	1966	6,7	1987	3,53
1946	11,6	1967	4,2	1988	-0,06
1947	2,4	1968	9,8	1989	3,16
1948	9,7	1969	9,5	1990	-4,35
1949	7,7	1970	10,4	1991	1,03
1950	6,8	1971	11,34	1992	-0,47
1951	4,9	1972	11,94	1993	4,67
1952	7,3	1973	13,97	1994	5,33
1953	4,7	1974	8,15	1995	4,42
1954	7,8	1975	5,17	1996	2,15
1955	8,8	1976	10,26	1997	3,38
1956	2,9	1977	4,93	1998	0,04
1957	7,7	1978	4,97	1999	0,25
1958	10,8	1979	6,76	2000	4,31
1959	9,8	1980	9,2	2001	1,31
1960	9,4	1981	-4,25	2002	2,66
1961	8,6	1982	0,83	2003	1,15
1962	6,6	1983	-2,93	2004	5,71
1963	0,6	1984	5,4	2005	3,16
1964	3,4	1985	7,85	2006	3,75
1965	2,4	1986	7,49	2007	5,42

FONTE: IBGE

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DO IPEADATA (2009). SÉRIE ESTIMADA A PARTIR DO VALOR DO PIB NOMINAL DE 2007 (CONTAS NACIONAIS REFERÊNCIA 2000) E A TAXA DE VARIAÇÃO REAL DO PIB ANUAL (IBGE). PARA 2006 E 2007, RESULTADOS PRELIMINARES ESTIMADOS A PARTIR DAS CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS - REFERÊNCIA 2000.

TABELA A2 – CONSUMO FINAL BRASILEIRO

<i>Período</i>	<i>Consumo Final (% PIB)</i>	<i>Período</i>	<i>Consumo Final (% PIB)</i>	<i>Período</i>	<i>Consumo Final (% PIB)</i>
1947	85,9462	1968	81,7820	1989	69,6689
1948	86,4448	1969	77,9980	1990	78,5934
1949	87,5931	1970	79,8770	1991	79,4681
1950	86,0440	1971	80,4743	1992	78,5822
1951	86,7870	1972	80,3789	1993	77,7464
1952	87,5944	1973	79,1214	1994	77,5030
1953	84,4127	1974	81,3104	1995	83,4908
1954	83,4525	1975	78,1007	1996	84,7592
1955	83,9941	1976	79,3470	1997	84,7735
1956	84,6064	1977	78,6171	1998	84,9712
1957	83,2333	1978	78,1588	1999	85,0282
1958	82,2058	1979	78,9475	2000	83,5134
1959	80,0828	1980	78,2318	2001	83,2871
1960	84,0833	1981	75,9283	2002	82,2902
1961	85,3375	1982	78,0591	2003	81,3175
1962	83,6679	1983	79,0303	2004	79,0057
1963	82,3397	1984	76,1272	2005	80,1859
1964	82,2420	1985	74,1600	2006	80,3309
1965	79,3704	1986	77,3844	2007	80,7243
1966	80,8486	1987	73,4338	2008	80,9014
1967	83,7935	1988	70,1077		

FONTE: IBGE

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DO IPEADATA (2009). PARA 2007 E 2008: RESULTADOS PRELIMINARES ESTIMADOS A PARTIR DAS CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS REFERÊNCIA 2000. PARA 1990-1994: SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS REFERÊNCIA 1985. PARA 1947-1989: SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS CONSOLIDADAS.

TABELA A3 – TAXA DE INVESTIMENTO

<i>Período</i>	<i>FBCF (%PIB)</i>	<i>Período</i>	<i>FBCF (%PIB)</i>	<i>Período</i>	<i>FBCF (%PIB)</i>
1945	9,1073	1967	16,1970	1989	26,8627
1946	11,0444	1968	18,6846	1990	20,6636
1947	14,8936	1969	19,1052	1991	18,1091
1948	12,7352	1970	18,8343	1992	18,4233
1949	13,0273	1971	19,9074	1993	19,2831
1950	12,7841	1972	20,3321	1994	20,7481
1951	15,4486	1973	20,3687	1995	18,3233
1952	14,8184	1974	21,8454	1996	16,8706
1953	15,0562	1975	23,3288	1997	17,3704
1954	15,7581	1976	22,4181	1998	16,9691
1955	13,4896	1977	21,3455	1999	15,6569
1956	14,4606	1978	22,2651	2000	16,7998
1957	15,0380	1979	23,3607	2001	17,0314
1958	16,9839	1980	23,5591	2002	16,3864
1959	17,9859	1981	24,3090	2003	15,2778
1960	15,7218	1982	22,9865	2004	16,0966
1961	13,1064	1983	19,9348	2005	15,9385
1962	15,5149	1984	18,9036	2006	16,4461
1963	17,0390	1985	18,0114	2007	17,5099
1964	14,9880	1986	20,0135	2008	18,9722
1965	14,7129	1987	23,1716		
1966	15,9173	1988	24,3248		

FONTE: IBGE

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DO IPEADATA (2009). PARA 2007 E 2008: RESULTADOS PRELIMINARES ESTIMADOS A PARTIR DAS CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS REFERÊNCIA 2000. PARA 1990-1994, SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS REFERÊNCIA 1985. PARA 1947-1989, SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS CONSOLIDADAS. RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO E PRODUTO INTERNO BRUTO.

TABELA A4 – ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – IGP-DI

<i>Período</i>	<i>Inflação IGP-DI (% ao ano)</i>	<i>Período</i>	<i>Inflação IGP-DI (% ao ano)</i>	<i>Período</i>	<i>Inflação IGP-DI (% ao ano)</i>
1945	11,1034	1967	25,0160	1989	1782,8523
1946	22,2255	1968	25,5031	1990	1476,7089
1947	2,7419	1969	19,3134	1991	480,2263
1948	7,9657	1970	19,2672	1992	1157,8363
1949	12,2943	1971	19,4790	1993	2708,1695
1950	12,4135	1972	15,7342	1994	1093,8543
1951	12,3410	1973	15,5344	1995	14,7738
1952	12,7234	1974	34,5560	1996	9,3264
1953	20,5143	1975	29,3276	1997	7,4841
1954	25,8748	1976	46,2734	1998	1,7139
1955	12,1505	1977	38,7896	1999	19,9882
1956	24,5710	1978	40,8053	2000	9,8007
1957	6,9496	1979	77,2450	2001	10,4022
1958	24,3802	1980	110,2298	2002	26,4118
1959	39,4403	1981	95,1982	2003	7,6630
1960	30,4640	1982	99,7262	2004	12,1303
1961	47,7945	1983	211,0200	2005	1,2321
1962	51,5972	1984	223,8090	2006	3,7973
1963	79,9077	1985	235,1279	2007	7,8984
1964	92,1241	1986	65,0428	2008	9,1073
1965	34,2217	1987	415,9547		
1966	39,1125	1988	1037,5258		

FONTE: FGV

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DO IPEADATA (2009). ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA (IGP-DI). COMPREENDE O PERÍODO ENTRE O PRIMEIRO E O ÚLTIMO DIA DO MÊS DE REFERÊNCIA. REFLETE A EVOLUÇÃO DOS PREÇOS CAPTADA PELO ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO (IPA), ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC-FGV) E ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (INCC)

TABELA A5 – CONCENTRAÇÃO DE RENDA – ÍNDICE DE GINI

<i>Período</i>	<i>Índice de Gini</i>	<i>Período</i>	<i>Índice de Gini</i>
1976	0,6227	1992	0,5825
1977	0,6246	1993	0,6044
1978	0,6039	1994	-
1979	0,5931	1995	0,6005
1980	-	1996	0,6021
1981	0,5842	1997	0,6021
1982	0,5915	1998	0,6002
1983	0,5960	1999	0,5940
1984	0,5894	2000	-
1985	0,5977	2001	0,5961
1986	0,5880	2002	0,5892
1987	0,6006	2003	0,5829
1988	0,6164	2004	0,5722
1989	0,6356	2005	0,5692
1990	0,6139	2006	0,5627
1991	-	2007	0,5557

FONTE: IBGE

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DO IPEADATA (2009). MEDE O GRAU DE DESIGUALDADE EXISTENTE NA DISTRIBUIÇÃO DE INDIVÍDUOS SEGUNDO A RENDA DOMICILIAR PER CAPITA. SEU VALOR VARIA DE 0, QUANDO NÃO HÁ DESIGUALDADE (A RENDA DE TODOS OS INDIVÍDUOS TEM O MESMO VALOR), A 1, QUANDO A DESIGUALDADE É MÁXIMA (APENAS UM INDIVÍDUO DETÉM TODA A RENDA DA SOCIEDADE E A RENDA DE TODOS OS OUTROS INDIVÍDUOS É NULA).

TABELA A6 – EVOLUÇÃO DO MARK-UP DAS 1.000 MAIORES EMPRESAS ATUANTES NO MERCADO NACIONAL. 1977-1993

<i>Periodo</i>	<i>(1) Mark-up (%)</i>	<i>(2) IGP-DI (%)</i>
1977	51,23	38,79
1978	57,57	40,81
1979	52,99	77,24
1980	36,83	110,23
1981	36,50	95,20
1982	35,80	99,73
1983	42,91	211,02
1984	48,71	223,81
1985	52,19	235,13
1986	34,51	65,04
1987	59,17	415,95
1988	81,89	1037,53
1989	78,79	1782,85
1990	64,70	1476,71
1991	47,87	480,23
1992	62,98	1157,84
1993	71,24	2708,17

FONTE: (1) CÁLCULOS EFETUADOS POR AVANZO, L. (2007). (2) FGV.

NOTA: TABELA EXTRAÍDA DE AVANZO, L. (2007)